

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

LAYNARA CORDEIRO APARICIO

**EDUCAÇÃO PRISIONAL: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ALUNO-DETENTO
NA UNIDADE PRISIONAL DE TABATINGA-AM**

**Tabatinga – AM
2017**

LAYNARA CORDEIRO APARICIO

**EDUCAÇÃO PRISIONAL: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ALUNO-DETENTO
NA UNIDADE PRISIONAL DE TABATINGA-AM**

Trabalho de Conclusão de Curso-TCC,
apresentado ao curso de Licenciatura em
Pedagogia do Centro de Estudos Superiores de
Tabatinga da Universidade do Estado do
Amazonas - CESTB, como obtenção do título
Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Msc. Maria Auxiliadora Coelho Pinto

**Tabatinga – AM
2017**

LAYNARA CORDEIRO APARÍCIO

**EDUCAÇÃO PRISIONAL: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ALUNO-DETENTO
NA UNIDADE PRISIONAL DE TABATINGA-AM**

Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga da Universidade do Estado do Amazonas- CESTB, como obtenção do título licenciado em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Msc. Maria Auxiliadora Coelho Pinto
Universidade do Estado do Amazonas-UEA
Orientadora

Prof^a. Msc. Rosi Méri Bukowitz Jankauskas
Universidade do Estado do Amazonas-UEA
Avaliador(a)

Prof^a. Dra. Cristiane Suely Melo Carvalho
Universidade do Estado do Amazonas-UEA
Avaliador(a)

Data: 14/06/17

**Tabatinga-AM
2017**

Dedico a Deus, ao meu esposo, filha e aos meus familiares que foram incentivadores de meu sucesso, me apoiando ao longo de toda minha formação acadêmica e suportando a dor da ausência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças para enfrentar os obstáculos que surgiram ao decorrer de toda minha trajetória acadêmica.

Agradeço aos meus pais, apesar de já terem falecidos, os mesmos foram o alicerce para este acontecimento e de um sonho realizado.

Ao meu esposo Márcio e a nossa filha Melissa, preciosidades da minha vida, por serem neste momento as pessoas que mais têm me dado forças para seguir em frente.

Aos meus irmãos, pois em todos os momentos de angustias, foram eles que me deram palavras de apoio.

Ao amigo que a faculdade me deu Júnior que compartilhei momentos inesquecíveis, pessoa essa que desde o primeiro período me identifiquei e sei que posso contar.

A todos os meus professores, em especial a duas professoras na qual devo muito, Professora Maria Auxiliadora por ser esta pessoa que és, não somente por ser minha orientadora, mas também por ser esta pessoa cativante, onde aparenta ser “dura”, porém tem um coração imenso, na qual seus ensinamentos têm contribuído de maneira significativa para minha vida profissional e pessoal, a Professora Rosi Méri, simplesmente por ter dado seu ombro amigo no momento em que mais precisei, me reanimando, consolando, me dando esperanças.

Ao Subdiretor, Alunos e Professores da Unidade Prisional de Tabatinga, em especial ao meu querido irmão que é Professor na Unidade e tem sido minha inspiração neste trabalho.

Enfim, a todas as pessoas que deram de alguma maneira a contribuição para a realização desta pesquisa, a todos(as), os meus sinceros agradecimentos.

Eles têm muito a nos ensinar, a nossa formação é acadêmica intelectualista, abstrata, livresca. A deles é empírica, pragmática, forjada no sofrimento, rica de sabedoria. A grande diferença é que nós sabemos que sabemos e eles não sabem que sabem. Ajudar a fazê-los ver o quanto sabem tem sido a nossa preocupação.

(Frei Betto, preso durante o Regime Militar)

RESUMO

O processo de formação de alunos-detentos dentro da unidade prisional de Tabatinga tem destaque em atender os sujeitos através do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional. O presente estudo ressalta a Educação Prisional: o processo de formação do aluno-detento na unidade prisional de Tabatinga-AM. Este trabalho objetivou no seu âmbito geral investigar o processo de formação do aluno detento no Presídio de Tabatinga. Através dos objetivos específicos buscou-se conhecer como se procede o ensino de formação do aluno detento; identificar os fatores associados aos problemas encontrados pelo docente dentro de sala de aula; relatar a metodologia e o processo de aprendizagem na sala de aula da Unidade Prisional. Neste estudo foram realizadas a pesquisa participativa e as análises qualitativas, com métodos e procedimentos dialético e para a sustentação desse processo investigativo utilizou-se os aportes teóricos com base nos autores como: Haddab, Maeyer, Benevides, Touraine, Poppovic, Moraes, Martins, Neves, Marques, Gil, Ventura, Hussey, Cervo, Bervian, Brandão, Zacarias, Calhau, Castro, Collis, Costa, Coyle, Di Pierro, Freire, Foucault e Libâneo, Santos, Salla, Saviani, Vieira, Leme, Paiva e outros. Os dados foram coletados por meio da observação direta em sala de aula do presídio, e questionários aplicados para (01) diretor, três (3) professores e seis (6) alunos-detentos do 1º segmento do Ensino Fundamental da Unidade Prisional de Tabatinga-AM. Tendo como resultados uma melhor definição de educação prisional, compreensão de forma geral como é o trabalho do professor, quais os métodos utilizados nesse processo, identificação de quais recursos são destinados à educação nos presídios, perceber algumas das dificuldades que se apresentam, conhecer até que ponto a realidade do sistema prisional representa um auxílio à construção da cidadania e ao retorno desses indivíduos à sociedade.

Palavras-chave: Educação prisional. Processo de formação. Alunos-detentos.

ABSTRACT

The training process of students and inmates within the prison unit of Tabatinga is highlighted in attending the subjects through the National Program of Integration of Professional Education with Basic Education in the Modality of Education of Young and Adults in the Prison System. The present study highlights Prison Education: the process of student-inmate training at the prison in Tabatinga-AM. This study aimed to investigate the process of formation of students in prison in the Tabatinga Prison. Through the specific objectives we sought to know how to proceed with the training of the student inmate; Identify the factors associated with the problems encountered by the teacher within the classroom; Report the methodology and the learning process in the classroom of the Prison Unit. In this study, the participatory research and the qualitative analyzes were carried out using dialectical methods and procedures and the theoretical contributions were based on the authors such as Haddab, Maeyer, Benevides, Touraine, Poppovic, Moraes, Martins, Neves, Marques, Gil, Ventura, Hussey, Cervo, Bervian, Brandão, Zacarias, Calhau, Castro, Collis, Costa, Coyle, Di Pierro, Freire, Foucault and Libâneo, Santos, Salla, Saviani, Vieira, Leme, Paiva. Data were collected through direct observation in the presidio classroom, and questionnaires were applied to (01) director, three (3) teachers and six (6) students-inmates of the 1st Elementary School segment of the Prison Unit of Tabatinga- AM. Having as a result a better definition of prison education, general understanding of the work of the teacher, the methods used in this process, identification of resources for education in prisons, perceiving some of the difficulties that are presented, The reality of the prison system represents an aid to the construction of citizenship and the return of these individuals to society.

Key words: Prison education. Training process. Student-inmates.

LISTAS DE SIGLAS

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

CESTB – Centro de Estudos Superiores de Tabatinga

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

EJA – Educação de Jovens e Adultos

SETEC – Secretaria de Educação Tecnológica

MEC – Ministério de Educação e Cultura

MOBRAL – Movimento Brasileira de Alfabetização

CNE – Conselho Nacional de Educação

CEB – Câmara Nacional de Educação Brasileira

PNE – Plano Nacional de Educação

LEP – Lei de Execução Penal

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino

SEJUS – Secretaria de Justiça e Direitos Humanos

SEAP – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

AM – Amazonas

PROEJA FIC - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Alunos-detentos que frequentam a escola na Unidade Prisional de Tabatinga-AM.....	49
TABELA 2: Professores sujeitos da Pesquisa na Unidade Prisional de Tabatinga.....	51

LISTAS DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: O trabalho docente apresenta efeitos na vida dos detentos.....	61
GRÁFICO 2: Educação Prisional apresenta ameaça os professores.....	63

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Unidade Prisional de Tabatinga/AM.....	38
FIGURA 2: Corredor Unidade Prisional de Tabatinga/AM.....	45
FIGURA 3: Localização de Tabatinga no mapa da Região Norte.....	72
FIGURA 4: Fronteira (Tabatinga/AM-Letícia/COL)	72
FIGURA 5: Tabatinga/AM, vista área.....	72
FIGURA 6: Centro de Estudos Superiores de Tabatinga – UEA.....	73
FIGURA 7: Cella de Segurança da Sala de Aula na Unidade Prisional de Tabatinga/AM....	73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO PRISIONAL: UM OLHAR NA FORMAÇÃO DE DETENTOS	17
1.1. CONTEXTUALIZANDO O PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL - PROEJA FIC.....	17
1.2. ABORDAGEM HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)...	19
1.3. LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL- LEP	24
1.4. A EDUCAÇÃO PENITENCIÁRIA NO BRASIL	25
1.5. RESSOCIALIZAÇÃO DOS DETENTOS NO BRASIL	29
1.6. RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTOS NO AMAZONAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO	33
1.7. RESSOCIALIZAÇÃO DOS DETENTOS DA UNIDADE PRISIONAL DE TABATINGA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO	34
2. CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO PRISIONAL: TRIHANDO OS MATERIAIS E MÉTODOS.....	38
2.1. ABORDAGEM METODOLÓGICA	38
2.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
2.3. CAMPO DE PESQUISA	41
2.4. SUJEITOS DA PESQUISA	41
2.5. INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	41
2.6. ANÁLISE DOS DADOS	42
3. CAPÍTULO III - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS - DESCREVENDO A REALIDADE DA EDUCAÇÃO PRISIONAL NA UNIDADE DE TABATINGA/AM	45
3.1. O HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-EJA DA UNIDADE PRISIONAL DE TABATINGA-AM.....	45
3.2. OS SUJEITOS QUE FAZEM PARTE DA EDUCAÇÃO PRISIONAL DA UNIDADE DE TABATINGA	48
3.1.1. Quem são alunos detentos?	48
3.1.2. Quem são os professores?	50
3.3. DIRETORIAS DA UNIDADE PRISIONAL DE TABATINGA-AM.....	52
3.4. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS ALUNOS-DETENTOS A PARTIR DOS RESULTADOS DA PESQUISA	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS	68
ANEXOS	71

APÊNDICES	74
-----------------	----

INTRODUÇÃO

A educação prisional é vista de diversas formas, além de ser um desafio para garantir o direito a essa educação daqueles que são privados de liberdade, levando em conta o papel que se tem para reabilitar, esses sujeitos e proporcionar melhores condições de vida após sua saída do Sistema Prisional, em suma a educação deve levar também aos alunos-detentos a oportunidade de conhecer seus deveres e direitos estabelecidos em Lei.

Sabe-se que é necessário entender melhor sobre as diversas formas de ensinar e aprender, assim como as relações humanas que se estabelecem nesse processo de aprendizagem, mesmo que sejam em lugares não comuns como é o caso do funcionamento de sala de aula dentro de uma unidade prisional e para entender melhor esse processo foi que se decidiu desenvolver esse Trabalho de Conclusão de Curso-TCC de caráter investigativo e teórico.

Este estudo tem como tema Educação Prisional: o processo de formação do aluno-detento na Unidade Prisional de Tabatinga-AM para obtenção de graduação do curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga. Trazendo para discussões a importância da escola para os detentos da Unidade, bem como a necessidade de inserir a educação escolar como modalidade de ensino para futuras mudanças ao retorno a sociedade, na tentativa de ressocializá-los.

O objetivo geral do estudo foi investigar o processo de formação do aluno detento no Presídio de Tabatinga. Dessa forma procurou-se compreender através dos agentes envolvidos na pesquisa, o que esses alunos considerados atípicos entendem sobre essa temática para descobrir respostas aos problemas encontrados, dando ênfase o que é considerado importante para eles. Através dos objetivos específicos buscou-se conhecer como se procede o ensino de formação do aluno detento; identificar os fatores associados aos problemas encontrados pelo docente dentro de sala de aula; relatar a metodologia e o processo de aprendizagem na sala de aula da Unidade Prisional.

O trabalho está estruturado em três capítulos.

O capítulo I está dividido em sete tópicos onde apresenta de forma geral um olhar sobre a formação de detentos, contextualizando o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional - PROEJA FIC; a abordagem histórica da Educação de Jovens e Adultos – EJA no Brasil; a Legislação no âmbito da Lei de Execução Penal – LEP; a Educação Penitenciária no Brasil; a Ressocialização dos detentos no Brasil; a Ressocialização dos

detentos no Amazonas através da Educação e a Ressocialização de detentos na Unidade Prisional de Tabatinga através da Educação.

No capítulo II, com base em referenciais da literatura pedagógica, foi feita uma discussão sobre os Materiais e os Métodos que foram utilizados para coleta de dados da pesquisa, tal como: abordagem metodológica: com a linha de pesquisa Educação, Sociedade e Escola, se deu como uma pesquisa de campo participativa, observações e questionários foram aplicados; procedimentos metodológicos; campo da pesquisa; sujeitos da pesquisa; instrumentos de coleta de dados e análise de dados.

No capítulo III, temos a apresentação dos Resultados e Discussões da Pesquisa, onde foi relatado, analisado e fundamentando em alguns autores, na qual se teve como norteamento as observações e as respostas do questionários utilizados junto ao Diretor, Professores e Alunos-detentos da Unidade Prisional, tal como: o histórico da Educação de Jovens e Adultos na Unidade Prisional de Tabatinga-AM; os sujeitos que fazem parte da educação prisional da Unidade de Tabatinga; o processo de formação do aluno-detento a partir dos resultados obtidos na pesquisa. Neste capítulo buscou-se compreender e identificar o relacionamento dos agentes participantes desse processo, as influências positivas ou negativas do ato de aprender/ensinar na visão dos mesmos.

Em suma, as Considerações Finais, ressaltando alguns pontos positivos e negativos desta pesquisa no que tange o processo de formação do aluno-detento na Unidade Prisional de Tabatinga, tendo em vista que muitos problemas ali encontrados, destes com diversas semelhanças com os de outros espaços escolares fora da Unidade. Trazendo sugestões para os agentes envolvidos na educação dentro do Sistema Prisional da importância de trabalhar de forma conjunta, ou seja, no processo de ressocialização, reintegração e reeducação do alunos-detentos, levando em conta as práticas pedagógicas como estratégia de auxiliar na adaptação, motivação, sabendo que o papel do educador é orientar, estimular e motivar os alunos a continuar em busca de um melhor aprendizado, de desenvolver seu intelecto e suas habilidades, não deixando de lado as experiências de seu convívio em seu dia-a-dia.

Para a finalização do trabalho serão apresentados os anexos com algumas fotos da Unidade Prisional, da cidade e Universidade na qual foi solicitado a pesquisa. Nos apêndices encontram-se os três questionários com sete perguntas cada, aplicados aos sujeitos da pesquisa, alunos-detentos do 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos, professores e diretor da Unidade Prisional.

Considerou-se ainda, que esta pesquisa foi um grande desafio, devido à grande dificuldade ao acesso dentro da Unidade Prisional. Em suma, a temática busca a inserção e

reconhecimento na Unidade Prisional, para assim atender as necessidades educacionais dos detentos, como forma de prepará-lo para quando retornarem ao convívio vida social. Portanto, espera-se que o leitor deste trabalho tenha um olhar mais reflexivo quanto as complexidades do ato de ensinar e aprender neste ambiente que se tornou um espaço escolar.

1. CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO PRISIONAL: UM OLHAR NA FORMAÇÃO DE DETENTOS

1.1. CONTEXTUALIZANDO O PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL - PROEJA FIC

A Educação Prisional enquadra-se no segmento da Educação de Jovens e Adultos. Essa modalidade que funciona na Unidade Prisional é identificada por Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional - PROEJA FIC. Esse programa é ofertado dentro da Unidade Prisional de Tabatinga. É um ensino que segue uma sequência de aulas ministradas por professores que atuam em sala de aulas com detentos que se tornam alunos por opção. Esse trabalho não é só desenvolvido dentro do sistema carcerário local, tem a expansão a nível nacional. Há lugares que não acontecem as ações com a mesma intensidade ou frequência, pois varia de lugar para lugar, tudo depende da articulação locais com os órgãos educacionais

O sistema carcerário brasileiro, como bem se sabe, além de ser muito complexo muito pouco procura desenvolver ações que dê sentido na recuperação do sujeito detento. Sendo que a prisão por situações adversas foi a melhor maneira que a sociedade elegeu pra que esse sujeito ficasse recluso e fora do convívio social, independente do crime que tenha cometido, mas que tenha o compromisso de pagar a dívida de cometer uma ação de grave consequência a pessoas de bem, mas as pessoas comuns não podem julgar ao ponto de vista individual por isso é conduzida e cuidada pela justiça.

O Programa Nacional de Integração na Modalidade de Ensino que funciona dentro do sistema prisional de alguma maneira, tem o intuito de dar possibilidades aos sujeitos, tentando através da educação resgatar a sua cidadania, o respeito de si e para com os outros. Todavia, não é tarefa fácil, pois a sociedade em si olha para os agentes envolvidos nesse trabalho com preconceito, discriminação, e até com sentimento de revolta talvez, simplesmente por considerar que tal ação seja concebida ao detento, acreditando que os mesmos não têm capacidade alguma de se integrar novamente a uma sociedade na qual cometeu alguma infração.

Costa (2011) mostra como é vista a Educação dentro das Unidades Prisionais,

Ainda permeia no imaginário coletivo, principalmente difundida por alguns setores da imprensa, a ideia de que educação no sistema prisional é mais uma regalia para bandidos, quando na verdade se trata de direito universal que precisa ser efetivado em todas as unidades prisionais.

No que diz respeito a argumentação do autor, fica muito difícil fazer interferência porquê de um lado está o sujeito que cometeu uma ação leve, moderada e muito grave e do outro lado estão as vítimas, então são dois pontos de vistas diferentes.

Pensando nisso, será apresentado apenas o Programa que foi criado com o propósito de dar uma educação em nível de Ensino Fundamental, com uma ementa considerável, com a finalidade de organização curricular diferenciada aos que estão cumprindo pena nos presídios. A partir do que foi mencionado é que surgiu a proposta de implantar dentro da Unidade Prisional o PROEJA FIC Prisional – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional em parceria entre a Secretaria Municipal de Educação - SEMED e Governo do Estado do Amazonas - SEDUC.

O programa é uma política pública implantada pelo Ministério de Educação – MEC, através da Secretaria de Educação Tecnológica – SETEC, pelo Decreto 5.840 de 13 de julho de 2006. Segundo o documento que institui o Projeto Pedagógico do Programa, o objetivo central foi de:

Oferecer formação e qualificação à população mais fragilizada, resgatando a cidadania e a identidade dos sujeitos, pois a maior barreira enfrentada pelos egressos do contexto prisional é a reinserção na sociedade e no mercado de trabalho. Além disso, o Protocolo de Intenções firmado entre os Ministérios da Justiça e da Educação tem por objetivo fortalecer e qualificar a oferta de educação nas prisões (PPP, 2009).

Na verdade o objetivo central é propor uma nova prática no sistema prisional, diferente daquelas que são propostas para o ensino fora das Unidades Prisionais.

De acordo com a Constituição Federal (1988):

Art. 1º Fica instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

§ 1º o PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional:

I – formação inicial e continuada de trabalhadores; e

II – educação profissionais técnica de nível médio.

§ 2º Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados;

I – ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores, nos termos do art. 3º, § 2º, do Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004.

Nesta perspectiva o programa assegura os benefícios que ao mesmo poderá levar para os sujeitos detentos, trazendo um potencial para o desenvolvimento de ações educativas articuladas, envolvendo tanto a Educação de Jovens e Adultos – EJA, quanto a qualificação profissional – cursos FIC na educação em Unidades Prisionais, levando em consideração o grau

de escolaridade associados ao que já foi mencionado, parece significar condições suficientes para as pessoas que vivem em regime de privação.

Portanto é importante ressaltar, que o diferencial de se concluir um curso que une o ensino fundamental a uma qualificação profissional, é oportuno para esses sujeitos, pois ao saírem da prisão terão que se incluir na sociedade na busca de trabalhos para garantir a sobrevivência. É nessa direção que se aponta a Pedagogia da Esperança, uma vez que “não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens” (FREIRE, 1999, p.91).

Contudo, pode-se pensar nos condicionantes sinalizados pela ausência de ações educativas no cenário nacional e local do sistema prisional brasileiro. Certamente, refletir, ainda, sobre a necessária aproximação entre educação e prisão, notadamente no que se refere às interfaces relacionais esboçadas entre Educação de Jovens e Adultos – EJA, qualificação profissional – cursos FIC e trabalho como princípio educativo. No entanto, pode-se pensar primordialmente no Brasil, no Amazonas ou simplesmente no município de Tabatinga, sobre o direito universal à educação ao longo da vida para todo e qualquer ser social em qualquer que sejam as circunstâncias de vida desses sujeitos se integrem da melhor forma possível para não voltar ao mundo obscuro das práticas inaceitáveis. Neste sentido, o processo de formação dentro do presídio vem trazer perspectivas e esperanças para esses sujeitos. O que não se pode é prescindir de projetos educativos de cunho integrador e humanizador cujo parâmetro seja a ressocialização de pessoas jovens, adultas e idosas em situação de restrição e privação de liberdade.

1.2. ABORDAGEM HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

No presídio de Tabatinga/AM, todos os alunos-detentos que estudam são jovens e adultos que se enquadram na modalidade de ensino da EJA, portanto para que se tenha melhor compreensão, se faz necessário apresentar-lhes de forma contextual o desenvolvimento da mesma. No posicionamento de Hadda e Di Pierro (2000, p. 111) apud Silva, “a ação educativa junto a adolescentes e adultos no Brasil não é nova”, sua prática advém do tempo da colonização a partir das atividades missionárias para índios e negros adultos. No entanto, durante um grande período, apesar do apoio de Leis e Constituições, os adultos iletrados foram reprimidos e excluídos da participação social e do exercício da cidadania, sendo colocado obstatante da sua posição de homem como ser social.

Refletir sobre a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos - EJA observa-se que, por considerável tempo a educação desses jovens e adultos ficou a margens do processo educativo. Só a partir da década de 30 com o modelo industrial, que o mercado de trabalho passa a necessitar de mão-de-obra mais preparada, direcionando a modalidade para atender a essas exigências.

A educação de jovens e adultos no Brasil retoma aos tempos coloniais quando os jesuítas exerciam ações educativas de cunho missionário, onde tinham como objetivo alfabetizar através do evangelho os adultos, crianças e jovens. Porém pouca atenção se deu, uma vez que por muitos interesses, a prioridade então era oferecer uma formação apenas a elite em suas companhias que para eles eram quem formava o País. A educação de adultos só se concretizou com a política educacional a partir da década de 40, quando as campanhas eram voltadas a ações e programas governamentais da época a camada popular (DI PIERRO,2001.)

Somente em 1934, a partir da Constituição que foi proposto o Plano Nacional de Educação que abarcava o ensino primário integral gratuito, e pela primeira vez esse ensino se estendia aos adultos. Na afirmação de Haddab e Di Pierro (2000, p. 111) apud Silva:

O Estado Brasileiro, a partir de 1940, aumentou suas atribuições e responsabilidades em relação à educação de adolescentes e adultos. Após uma atuação fragmentária, localizada e ineficaz durante todo o período colonial, Imperial e Primeira República, ganhou corpo uma política nacional, com verbas vinculadas e atuação estratégica em todo o território nacional.

A partir deste feito, expandiu-se o quadro dos direitos sociais e cidadania, focalizando na educação e buscando a alternativas de desenvolvimento dos problemas da mesma. Contudo, no ano de 1947 surgiu o Serviço de Educação de Adultos, que anos depois foi renomeado para Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, com a função de orientar e coordenar os planos de ensino supletivo para adolescentes e adultos iletrados. Foi nesta mesma época, em que muitas campanhas e programas surgiram no intuito de erradicar o analfabetismo no Brasil, se destacou o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, que contava com a colaboração do educador brasileiro Paulo Freire, que trouxe para o cenário educacional a perspectiva da modalidade que se tornou facilitador na construção e resgate da cidadania de uma parcela da população que não teve acesso à escola no momento regular. É válido lembrar que a grande maioria da população carcerária se enquadra nesse perfil.

Em 1967, com a Lei nº 5379, surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, que em meio a Ditadura Militar, buscou a participação da população com um certo grau de escolaridade para realizar a prática alfabetizadora, embora fora extinto em 1985. Em 1986, surgiu a Fundação Educar que desenvolveu a educação buscando mudanças na formação

do educador e no processo de ensino-aprendizagem. Em 1990, a Fundação Educar foi abatida durante o governo de Fernando Collor de Melo.

Na década de noventa esse movimento ganha ênfase com as maiores ações com relação a expansão da EJA (Educação de Jovens e Adultos). Como ponto alto, merece destaque a ação que resultou do trabalho conjunto entre Conselho Nacional de Educação e a Câmara Nacional de Educação Básica. Trata-se da resolução CNE/CEB nº1/2000, que instituí as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Tal documento evidencia-se como importante marco na história da EJA (Educação de Jovens e Adultos) pois reconhece a modalidade em termos de práticas pedagógicas, bem como dar destaque aos sujeitos que integram o quadro social que está presente nesta modalidade. Pode-se dizer que foi na década de 90 que ocupou um papel de cisão de modelos e ideologias relativas ao entendimento acerca da EJA. Um segmento que foi entendido inicialmente como a formação de mão-de-obra, passou a adquirir uma característica política de formação de cidadania, ou de cidadãos.

Ensinar na perspectiva da EJA para alunos comuns nas unidades regulares de ensino se tornou um grande desafio para os professores da sociedade atual, pois são direitos exigidos demais para os profissionais e respostas de menos ao processo de formação por parte dos aprendentes, e em meio a tudo isso é exigido uma resposta plausível no que tange ao aproveitamento escolar. E quando se trata de alunos detentos o desafio é muito maior, pois são alunos atípicos, em lugares sombrios e que muitas vezes apresentam desconfortos para quem ensina, porém, se percebe uma grande força de vontade por parte desses profissionais para tornar o lugar o mais acolhedor possível para se trabalhar.

Enquanto que no contexto do Sistema Penitenciário Brasileiro a Educação de Jovens e Adultos (EJA) surge como um grande desafio, talvez o maior de todos que é proporcionar uma educação diferenciada aos sujeitos que de certa forma se tornaram privados temporariamente de sua liberdade, esses sujeitos são os detentos que se tornam alunos dentro da unidade prisional. As secretarias de educação em todos os estados brasileiros têm trabalhado de forma organizada dentro dos presídios em todos o país, afim de atender um direito previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Diante disso, vale aqui fazer algumas inferências e não análises e muito menos julgamento, mas fazer relações do Sistema Penitenciário Brasileiro que não tem procurado desenvolver ações no sentido recuperação do sujeito-detento. É importante ressaltar, independentemente do que este sujeito tenha feito para estar ali, uma infração ou um crime talvez, não tira o direito da Educação, onde mesmo inserido no sistema prisional, precisa-se olhar este ser com um “ser” de possibilidade, na qual através da educação possa vir a ser um

ser mais humano, resgatando sua cidadania e o respeito que um dia perdera de si mesmo e para como os outros.

A realidade de uma parte da escola dentro Sistema Penitenciário exige do professor habilidades técnicas e saberes voltados à compreensão da história dos sujeitos marginalizados, o compromisso da construção de conhecimentos significativos focados em valores reconhecidos socialmente e que a educação por si propicia aos seres humanos uma forma específica de melhorar nossas ações no contexto escolar e no qual estamos inseridos. Ao entrar no processo educativo, o ser humano dialoga sobre a sua condição no mundo. A sensibilização e as questões morais e éticas permeiam as condições do educador no espaço penitenciário. Como ressalta Freire, (2009, p. 116). “O papel ativo do homem em sua e com a sua realidade.”

Para Maeyer (2006, p.23):

Educação de adultos, é sempre diferente e que é a partir daí que um relacionamento e em seguida uma comunicação para a aprendizagem serão criados. Acima de tudo, a educação na prisão é uma tarefa difícil, mas necessária reconciliação com o ato – ou mesmo com o prazer – de aprender. E é muito maior a possibilidade de se aprender com a ajuda/presença/respeito/simpatia de alguém.

Nesta perspectiva a educação para EJA no Cárcere não deve ser apenas àqueles que ganham como prêmio ao seu bom comportamento, mas sim uma possibilidade, um direito humano inalienável o qual poderá colaborar na vida de exclusão social que vive e viveu por gerações. Como prescreve Constituição Federal de 1988:

Art. 1º – A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I — a soberania;
- II — a cidadania;
- III — a dignidade da pessoa humana.

Para ilustrar ainda mais essas questões Benevides (2007, p. 336-337) apud afirma que:

Direitos Humanos são aqueles comuns a todos, a partir da matriz do direito à vida, sem distinção alguma [...]. São aqueles que decorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca de todo ser humano”.

Neste sentido o autor classifica direitos em três dimensões amplamente aceitas:

Liberdades individuais ou direitos civis; direitos sociais, que incluem trabalho, salário, férias, educação, saúde, cultura, habitação; e direitos coletivos, que abarcam defesa ecológica, paz, desenvolvimento, etc. No caso específico brasileiro, afirma que esses direitos – reconhecidos na Constituição Federal ou por meio de tratados, pactos e convenções dos quais o Brasil é signatário – são indivisíveis e irreversíveis (idem).

Para isso é fundamental a dignidade da pessoa humana, abrange vários valores existentes na sociedade, em relação a um conceito adequável a realidade e a sociedade moderna, devendo estar em parceria com a evolução e as tendências modernas das necessidades do ser humano.

Contudo, a educação reconhecida no art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 como:

Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada aos seus filhos.

Os direitos humanos foram construídos com base na ideia de dignidade da pessoa humana, ou seja, de que todo ser humano, independentemente de qualquer condição pessoal, deve ser igualmente reconhecido e respeitado, não podendo ser tratado como instrumento de poucos, mas sim como fim de toda organização social e política.

No entanto, tratar a educação como um direito humano significa que ela não deve depender das condições econômicas dos estudantes ou estar sujeita unicamente às regras de mercado. Também não pode estar limitada à condição social, nacional, cultural, de gênero ou étnico-racial da pessoa.

Os Direitos Humanos incluem o direito à educação nas prisões, que está especificado no Plano Nacional de Educação – PNE e na Lei de Execução Penal – LEP (Lei 7.210/84). No Brasil, há mais de 400 mil pessoas em situação de privação de liberdade, sendo a grande maioria composta por jovens com baixa escolaridade.

Esta realidade nos remete a reflexão que a educação é algo essencial para a formação do sujeito, e o mesmo constituído a partir das relações interpessoais e relações psicossociais cotidianas. Portanto, uma educação básica de qualidade para aqueles que por falta de uma política pública de qualidade vivem em vulnerabilidade social. Como devemos então refletir sobre a afirmação de Castro (2010, p.12), que diz que “muitos estudos demonstram uma forte correlação entre desigualdades educacionais e desigualdades de renda e de condições de vida”. Todavia, pode-se inferir que o sujeito em vulnerabilidade social, que tem somente a marginalidade como exemplo de vitória profissional, envereda pelo mundo do crime não como opção, mas por necessidade.

A importância da educação básica de qualidade enquanto o sujeito goza a liberdade, como conscientizadora para a prevenção do ato criminoso é inquestionável, porém o questionamento se estende ao espaço pós ato criminoso, pois remete a vários questionamentos, tais como onde as ações pedagógicas podem melhorar a qualidade de vida do sujeito enquanto no espaço de privação de liberdade? Como essas ações contribuem, se o fazem, para a reabilitação do sujeito e sua reinserção no contexto das relações sociais?

Portanto, são questões iguais a essa que indagam relevantes posições ao que pode ou não de alguma forma contribuir na ressocialização do sujeito detento.

1.3. LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL– LEP

Para melhor entendimento e compreensão do leitor(a) faz-se importante e necessário mencionar de forma pontual a Lei de Execução Penal – LEP, pois será ressaltado no decorrer desse trabalho entre títulos, artigos e capítulos a Legislação em vigor. Esta vem assegurar os direitos dos condenados e internados. A LEP foi instituída nº 7.210, de julho de 1984, sancionada pelo Congresso Nacional. Ressocializar os presos é, o propósito maior da lei de execução penal brasileira ao dispor, em seu Art. 1º, que a “Execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.” Pois de nada adianta punir ou castigar alguém de modo a torná-lo pior a si mesmo, aos outros e a toda sociedade. Longe de ser uma ficção, a ressocialização dos presos é uma urgente realidade a ser conquistada pelos entes estatais e demais instituições sociais. A Lei foi dividida em oito Títulos, sendo o Título I “do objetivo e da aplicação da Lei de Execução Penal” dividido em: 4 artigos;

Título II “do Condenado e do Internado”: Capítulo I “da classificação” com 6 artigos, Capítulo II “da assistência” com 8 seções e 19 artigos, Capítulo III “do trabalho” com 3 seções e 10 artigos, Capítulo IV “dos deveres, dos direitos e da disciplina” com 3 seções e 22 artigos;

Título III “dos Órgãos da Execução Penal”: Capítulo I com 1 artigo, Capítulo II “do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária” com 3 artigos, Capítulo III “do juízo da execução” com 2 artigos, Capítulo IV “do Ministério Público” com 2 artigos, Capítulo V “do conselho penitenciário” com 2 artigos, Capítulo VI “dos departamentos penitenciários” com 3 seções e 7 artigos, Capítulo VII “do patronato” com 2 artigos, Capítulo VIII “do conselho da comunidade” com 2 artigos, Capítulo IX “da Defensoria Pública” com 1 artigo.

Título IV “dos estabelecimentos penais”: Capítulo I com 6 artigos, Capítulo II “da penitenciária” com 4 artigos, Capítulo III “da colônia agrícola industrial e similar” com 2

artigos, Capítulo IV “da casa do Albergado” com 3 artigos, Capítulo V “do centro de observação” com 3 artigos, Capítulo VI “do hospital de custódia e tratamento psiquiátrico” com 3 artigos, Capítulo VII “da cadeia pública” com 3 artigos.

Título V “da Execução de Penas em Espécies”: Capítulo I “das penas privativas de liberdade” com 5 seções e 43 artigos, Capítulo II “das penas restritivas de direitos” com 4 seções e 9 artigos, Capítulo III “da suspensão condicional” com 8 artigos, Capítulo IV “da pena de multa” com 7 artigos; Título VI “da Execução das Medidas de Segurança”: Capítulo I com 4 artigos, Capítulo II “da cessação de periculosidade” com 5 artigos.

Título VII “dos Incidentes de Execução”: Capítulo I “das conversões” com 5 artigos, Capítulo II “do excesso ou desvio” com 2 artigos, Capítulo III “da anistia e do indulto” com 7 artigos.

Título VIII “do Procedimento Judicial” com 4 artigos.

Título IX “das disposições finais e transitórias” com 7 artigos.

Essa Lei de Execução Penal tem como objetivo dar condições harmônicas de interação social ao condenado. Em todo território Nacional, será executada essa lei conforme a Lei do Código de Processo Penal, assegurando todos os direitos aos condenados, assim também como o Estado poderá recorrer às cooperações da comunidade nas atividades de execução de pena e de medida de segurança.

Em virtudes, essa lei é válida a nível Nacional, na qual assegura os direitos dos condenados e internados, no entanto, ressocializar detentos não é tarefa fácil, pois é bastante desafiadora, embora muitos achem isso uma missão quase impossível. Levando em conta o domínio dos presídios por facção criminosa, tanto no Amazonas, como isso também ocorre no Brasil todo, assim como as precárias condições do sistema prisional neste país.

1.4. A EDUCAÇÃO PENITENCIÁRIA NO BRASIL

A nível nacional a situação do Sistema Prisional hoje no Brasil é preocupante, entre elas estão: a superlotação, violência, a falta de higiene e outros. Enquanto que a educação e a profissionalização do apenado se faz importante para o reingresso no mundo do trabalho e no convívio social, tem por finalidade garantir uma reconciliação do detento com ele mesmo com ato de aprender com o comportamento do apenado durante seu regime de prisão dando possibilidade do mesmo projetar o seu próprio futuro, para uma liberdade provisória segundo a fala de Touraine (2011), onde contribui para o “reconhecimento do outro como sujeito”.

Assim, pensando em uma educação prisional, sabe-se que os apenados participam das atividades educacionais, como direito humano exige um conjunto de ações, a cada 02 (dois) dias estudados reme 01(um) dia da pena. Neste cenário, há responsabilidades tanto do professor com o do detento, ocorrendo uma parceria com todas as pessoas responsáveis garantindo assim os direitos dos encarcerados, sendo assim a educação em prisões é um dever para ser cumprido tanto do estado quanto da sociedade civil.

Se, na verdade, o sonho que nos animais é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise falar a ele. (FREIRE, 1996).

Diante das palavras do educador Paulo Freire, entende-se o princípio do ato, onde o primeiro passo é o detento querer essa reconciliação, essa mudança, como se sabe, é necessário que seja de dentro para fora, para depois a escola interagir para seu acontecimento. “É preciso que esses profissionais da educação se caracterizem de que têm que tomar decisões, seja numa sala de aula, em relação a determinado aluno, seja na direção de uma escola ou de um sistema escolar. A pesquisa educacional é base para tomada de decisões”. (MARTINS, 1999, p. 74).

Portanto a educação no sistema prisional, não deve encobrir certas injustiças sob o pretexto da paz social como um direito humano, sua finalidade de exigir um conjunto de ações, tanto no âmbito do Estado como da sociedade. Segundo Brandão (2005, p. 08) “As ideias transformam as pessoas e as pessoas transformam o mundo”. O direito à educação de pessoas presas é garantido, tem como objetivo retornar sua vida após exercer fundamental importância para formação do ser social. Também é importante oferecer oportunidade de atividades culturais juntamente com a educação mais formal.

Pois em um futuro não significa esquecer um passado, e nem sobre tudo questionar o presente é preciso reconciliar o ato de aprender, na verdade com o prazer de aprender. É nesse contexto que se pensa em uma educação da população carcerária considerada ainda no tempo de hoje com um privilégio e não um direito.

Segundo dados de 2016 do Ministério de Justiça, o percentual de internos que estão inseridos em atividades educacionais em nosso país ainda é muito menor que a demanda existente, o que exige urgentemente a implementação de políticas que garantam o direito a educação.

O parecer 04/2010 do Conselho Nacional de Educação/Câmara Nacional de Educação Brasileira - CNE/CEB que trata das Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, reconhece que:

A educação para pessoas encarceradas ainda é vista como um “privilégio” pelo sistema prisional; a educação ainda é algo estranho ao sistema prisional. Muitos professores afirmam sentir a unidade prisional como um ambiente hostil ao trabalho educacional; a educação se constitui, muitas vezes, em “moeda de troca” entre, de um lado, gestores e agentes prisionais e, do outro, encarcerados, visando a manutenção da ordem disciplinar; há um conflito cotidiano entre a garantia do direito à educação e o modelo vigente de prisão, marcado pela superlotação, por violações múltiplas e cotidianas de direitos e pelo superdimensionamento da segurança e de medidas disciplinares; o atendimento educacional é descontínuo e atropelado pelas dinâmicas e lógicas da segurança, sendo interrompido quando circulam boatos de rebelião ou ocasiões de revistas; o atendimento educacional em geral sofre com a falta de projeto pedagógico, matérias e infraestrutura adequada e falta de profissionais com formação específica.

Apesar da evidente relevância da educação nos espaços de privação de liberdade, no Amazonas a mesma continua sendo vista e executada como privilégio, para aqueles sujeitos “merecedores” que se encontram docilizados, enquadrados às normas. Apesar de ser um direito de todos, é restrita a alguns. A “justificativa” para a educação ser para poucos é de que não há espaço físico, as condições físicas são precárias, falta de professores capacitados, na maioria dos estados a educação no sistema prisional não é responsabilidade da Secretaria de Educação, mas da administração penitenciária. O que evidencia a necessidade de uma reformulação nas leis e da aprovação, pelo Conselho Nacional de Educação, das diretrizes nacionais de educação nos sistemas prisionais, que foram elaboradas em 2006 e serviriam como norteadoras para que cada estado pudesse elaborar sua própria política.

Dessa maneira, tomando como referência a Resolução 02/2010 que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, esta Diretriz propõe:

a) a implementação da oferta de EJA em unidades prisionais, garantindo atendimento em todos os turnos; b) que a SEDUC e a SEJUS articulem conjuntamente ações complementares de cultura, esporte, educação tecnológica, programas de incentivo à leitura e de promoção da saúde; c) a diversificação de oferta, considerando as especificidades de cada medida/regime prisional, garantindo acompanhamento pedagógico e psicossocial no processo de escolarização dos sujeitos em privação de liberdade; d) em relação a organização curricular, cabe ressaltar que esta deve tomar como orientação o reconhecimento das especificidades étnicas, de gênero, de classe, de orientação sexual, bem como as diferentes trajetórias escolares e não escolares e rotatividades dos sujeitos que estão em privação de liberdade; e) garantir a ofertada de todas as áreas de conhecimento, bem como a utilização de todos os espaços pedagógicos possíveis e existentes, encontrando alternativas que não negligenciem direitos em detrimento das ações de segurança; f) a oferta de Educação Profissional integrada ao currículo da Educação de Jovens e Adultos na busca de um processo formativo, conforme já explicitado nessa Diretriz, em que trabalho é compreendido como horizonte de formação integral dos cidadãos na produção de sua existência, buscando superar a ideia de cursos caráter utilitarista, voltadas de maneira restritiva e funcional para o mercado de trabalho, devendo ser potencializadas as experiências já realizadas nos presídios do PROEJA FIC e do PROEJA Ensino Médio; g) apontamos também, em consonância com a resolução 02/2010 que atividades de movimento corporal e artístico-culturais sejam reconhecidas e valorizadas como elementos

formativos integrados à oferta de educação, podendo ser contempladas no projeto político-pedagógico como atividades curriculares.

Cabe-se especificamente de ordem pedagógica, reconhecer que são indissociáveis ao conjunto de problemas explicitados no parágrafo acima, identificando ausência de um corpo técnico na área da educação no acompanhamento diário das atividades desenvolvidas no sistema prisional, sabendo que tem o pedagogo escolar orientando nos planejamentos do docente para melhor continuidade das atividades escolares, deveria ter uma rotina pedagógica das atividades desenvolvidas em cada área específica, assim garantindo recursos adequados ao atendimento específico, orientação e acompanhamento das práticas docentes, eficiência documentais da vida escolar dos detentos.

Cada pessoa presa que chega à penitenciária traz consigo experiências de vida anteriores à prisão e quase todas as pessoas presas serão soltas um dia.

Para que uma pessoa se beneficie do tempo que passará na prisão, a experiência deve ser vinculada àquilo que provavelmente acontecerá em sua vida após a soltura. A melhor forma de se estabelecer esse vínculo é elaborar um plano de como o preso pode usar os vários recursos disponíveis no sistema penitenciário. As pessoas presas precisam receber coisas para fazer que garantam que elas não fiquem ociosas e que tenham um propósito.

Todas as atividades, quer sejam agrícolas, de alfabetização, quer sejam de participação em programas culturais e artísticos, devem ser organizadas de modo a construir para um clima em que as mesmas não se deteriorem, mas desenvolvam novas aptidões que as ajudarão quando forem soltas. Nesse sentido educadores pesquisadores propõe uma reorganização no currículo em área de conhecimento, estruturando em abordagem temática, que deve ser permanentemente discutida, dialogada e definida para o sistema prisional levando em consideração e ajudar os detentos, uma relação de diálogo. Segundo Freire (1996), a busca por elementos constitutivos do diálogo leva a:

Surpreender, nela, duas dimensões: ação e reflexão, de tal forma solidárias, em uma interação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte, uma delas, se resente, imediatamente, a outra. Não há palavra verdadeira que não seja práxis [grifo nosso]. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo.

Diante disso Freire faz a seguinte reflexão, “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (2005, p.90), pois somos seres capazes de nos socializarmos aprendendo a aprender, ou seja, aprender é construir, reconstruir e constatar para mudanças. Dessa forma, nota-se a importância do processo da socialização do sujeito, ninguém

consegue viver num mundo totalmente isolado, por mais que tenha praticado uma ação que não seja aceita pela sociedade.

1.5. RESSOCIALIZAÇÃO DOS DETENTOS NO BRASIL

A Lei de Execução Penal no Brasil (LEP) nº7.210 de 11 de julho de 1984, como já foi mencionada tem por objetivo efetivar as disposições de sentenças ou decisão criminal e proporcionar condições para a integração social do condenado e do internado.

É pensando neste propósito que através de estudo “A ressocialização” tem sido uma constante preocupação, pois muitos detentos com possíveis condições para seu reingresso na sociedade tem complicando devido à superlotação nos presídios ao regime, pois a saída do preso exige muito trabalho tanto no aspecto físico como mental.

É preciso dá trabalho para eles, para ocuparem a mente, sendo ele remunerado ou não, que garanta sua saída para o mercado de trabalho, mas no Brasil a Lei de Execução Penal garante que o preso perde sua liberdade mais deve ser tratado com dignidade. Assim afirma Zacarias (2006. p. 35) que: “A execução da pena implica uma política destinada à recuperação do preso, que é alcançada de quem tem jurisdição sobre o estabelecimento onde ele está recluso”.

É importante ressaltar, a ressocialização tem como finalidade priorizar a prevenção do retorno para o presídio assim diminuir a ociosidade nas cadeias e implantar direito a liberdade do ser humano.

Alguns psicopedagogos que lidam com essa educação, garantem que a lei de Execução Penal foi influenciada, por esses estudos, pela preocupação por buscar a individualização da execução da pena, respeitar o preso como pessoa, como cidadão e não simplesmente, como criminoso. Nesta linha de respeito pela pessoa do preso, a Lei de Execução Penal prevê a realização de exame de personalidade, diferenciando essencialmente do exame criminológico, já que investiga a relação crime – criminoso, enquanto o de personalidade busca a compreender o preso enquanto pessoa, “para além das grades”, visando uma investigação de todo um histórico de vida, numa abordagem, bem mais abrangente e profundo para sua ressocialização.

Para os detentos, ser reconhecido como indivíduo não basta esperar que todos os internos recebam capacitação ou desenvolvimento semelhante; isto não será nem eficiente e nem eficaz. Alguns presos serão analfabetos, e outros poderão ter sido até alfabetizados. Muitos vão vir de ruas e outros de formação familiar, por tanto, quando tiverem atividade de

reabilitação, a vida do preso será importante no fato de sua decisão de liberdade para uma futura ressocialização.

Um preso reabilitado não é alguém que aprendeu a sobreviver bem na prisão, mas uma pessoa que tem êxito no mundo externo à prisão após sua soltura. Para que as autoridades penitenciárias deem prioridade em seu programa de atividades ao que o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos descreve como a “regeneração e reabilitação social” dos presos, elas precisarão basear as atividades realizadas dentro da prisão no princípio de oferecer às pessoas presas os recursos e as habilidades de que elas necessitam para viver bem fora da prisão.

Isso significa, por exemplo vincular o trabalho que os presos desempenham na penitenciária com as possibilidades de trabalho no mundo externo. As pessoas presas precisam ser ajudadas a adquirir habilidades e desenvolver a capacidade de ganhar a vida e sustentar uma família, tendo em conta a discriminação que ex-presídios provavelmente enfrentarão quando procurarem ou encontrar emprego.

Vale ressaltar, que nas sociedades democráticas, a lei sustenta e protege os valores fundamentais da sociedade. O mais importante deles é o respeito pela dignidade inerente a todos os seres humanos, qualquer que seja sua condição pessoal ou social. Um dos maiores testes desse respeito à dignidade humana reside na forma como uma sociedade trata aqueles que infringiram ou são acusados de ter infringido a lei penal.

São pessoas que, elas mesmas, podem ter demonstrado uma falta de respeito pela dignidade e pelos direitos de outros. Os servidores penitenciários têm um papel especial a desempenhar em prol do restante da sociedade ao respeitarem a sua dignidade, apesar de qualquer crime que os supostos infratores possam ter cometido. O princípio do respeito pelos seres humanos, independentemente do erro ou da injustiça que eles tenham cometido, foi expresso por um famoso ex-presidiário e ex-Presidente da África do Sul, Nelson Mandela: “Costuma-se dizer que ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado dentro de suas prisões. Uma nação não deve ser julgada pelo modo como trata seus cidadãos mais elevados, mas sim pelo modo como trata seus cidadãos mais baixos”.

Todavia, não basta que as autoridades penitenciárias meramente tratem os presos com humanidade e dignidade. Elas também devem oferecer oportunidades de mudanças e desenvolvimento aos presos sob sua custódia. Isso exige habilidades consideráveis e muito empenho. A maioria das penitenciárias está repleta de pessoas marginalizadas da sociedade. Muitas delas têm origens de extrema pobreza e vêm de famílias desestruturadas; uma alta porcentagem será de pessoas desempregadas; os níveis de escolaridade provavelmente serão

baixos, algumas pessoas terão vividos nas ruas e não terão qualquer rede social legítima. Mudar as perspectivas de vida de pessoas com tantas desvantagens não é tarefa fácil.

Direto civil e político, Artigo (10) 3 versa que:

O sistema penitenciário deve incluir o tratamento das pessoas presas e sua meta essencial deverá ser sua regeneração e reabilitação social. Regras mínimas para o tratamento de Pessoas Presas, Regras 65-66. O tratamento de pessoas condenadas à prisão ou a uma medida semelhante terá por objetivo, tanto quanto o permitir a duração da pena, estabelecer nelas a vontade de levar vidas de cumprimento à lei e de auto sustento após a soltura e torná-las aptas para tanto. O tratamento deverá estimular seu auto respeito e desenvolver seu senso de responsabilidade.

Coyle (p.101 e 102) nos mostra que:

Deverão ser empregados todos os meios apropriados, inclusive atendimento religioso, nos países onde isso for possível, educação, orientação vocacional e capacitação profissionalizante, assistência social, aconselhamento para o emprego, desenvolvimento físico e fortalecimento do caráter moral, conforme as necessidades individuais de cada preso, levando-se em conta sua história social e criminal, suas capacidades e aptidões físicas e mentais, seu temperamento pessoal, a duração de sua sentença e suas perspectivas após a soltura.

Podemos então encontrar os aspectos positivos e negativos, pois são importantes para ressocialização do preso no processo educativo. A educação busca cada vez mais contribuir para uma completa formação e a liberação do preso, enquanto encarcerada é uma reflexão da vida do detento.

Segundo o professor Calhau (nova criminologia.18 de junho de 2008):

A recuperação do preso não se dá através da pena privativa de liberdade, mas apesar da pena privativa de liberdade. O que os profissionais penitenciários devem ter como objetivo não é tratar os presos ou impingir-lhes um ajuste ético, mas sim planejar lhes, com sua participação, experiências crescentes e significativas de liberdade, de encontro significativo, refletido e consciente com o mundo livre.

Contudo, quanto ao aspecto negativo à reincidência dos apenados o motivo é que a sociedade é cheia de preconceito, então eles começam a cometer pequenos delitos e regridem para os presídios. A reinserção desse indivíduo passa pela priorização e zelo dos direitos a ele inerente. De acordo com o artigo 3º da Lei de Execução Penal “Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei”.

Então, o Ministério Público é um dos órgãos que desempenha funções essenciais à justiça no Brasil é o protetor da cidadania, está muito longe de atingir os detentos. Sabe-se que muitas das pessoas que saem da prisão cometem outro delito em um pequeno intervalo. Esse fator apresenta um círculo vicioso de contínuas entradas e saídas dos serviços públicos de assistência a população. A LEP (Lei de Execução Penal) em seu artigo 10º cita que “a

assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Parágrafo único: A assistência estende-se ao egresso”.

É preciso uma conscientização de que a assistência a retirada na forma de oferecimento de uma moradia temporária, emprego, de regularização de sua documentação e de uma crescente adaptação às condições da vida em liberdade é chamada de modo geral de processo de desprisionização.

Quanto aos aspectos positivos a ressocialização o detento conquista sua liberdade, direitos, deveres, desejos e acima de tudo, busca sua nova vida em uma sociedade cheia de preconceito onde um preso precisa se tornar um cidadão útil e produtivo.

As pessoas presas que podem manter um bom contato com a sua família, terão um maior incentivo que cumprem sentenças longas que estão voltando para casa, isto tudo torna um aspecto muito importante para a ressocialização junto com a Família.

Por si só a prisão é uma privação severa dos direitos e, assim, somente deve ser imposta atividade judicial em circunstâncias claramente definidas, por isso tal aspecto é importante para a ressocialização do apenado.

Afirma Zacarias (2006, p. 35) que:

Apesar de moderna, procurando racionalizar, desburocratizar e flexibilizar o funcionamento do sistema prisional, a Lei de Execuções Penais não tem produzido os resultados concretos almejados por seus autores e esperados pela sociedade. Tal ineficácia está na omissão do Poder Executivo que, procurando de todas as formas dirimir e eximir-se de suas obrigações básicas no plano social, até a presente data não houve investimentos necessários em escolas, em fábricas e fazendas-modelo, ou mesmo comércio; em pessoal especializado e em organizações encarregadas de encontrar postos de trabalho para os presos em regime semiaberto e aberto, principalmente para os egressos dos estabelecimentos penais.” A Lei de Execução Penal traz em seu corpo os recursos teóricos necessários para se mudar a situação em que hoje se encontra o sistema penitenciário, se efetivamente utilizada traria benefícios não só para os indivíduos que estão detidos, mas para toda uma sociedade. Importante se faz a participação não só dos que tratam mais diretamente com os apenados, no caso dos funcionários, diretores de presídios, como também da família dos presos e do Poder Executivo que precisa se conscientizar do seu papel e promover investimentos para esse programa ressocializador.

Quanto aos aspectos positivo e negativos são relevantes para a socialização do preso, pois trazem mais preocupação aqueles que estão mais próximos deles, criando condições para uma maior reflexão da dignidade de cada detento.

Para Coyle, p. 101:

Não basta que as autoridades penitenciárias meramente tratem os presos com humanidade e dignidade. Elas também devem oferecer oportunidades de mudanças e desenvolvimento aos presos sob sua custódia. Isso exige habilidades consideráveis e muito empenho. A maioria das penitenciárias está repleta de pessoas marginalizadas da sociedade. Muitas delas têm origens de extrema pobreza e vêm de famílias desestruturadas; uma alta percentagem será de pessoas desempregadas; os níveis de escolaridade provavelmente serão baixos, algumas pessoas terão vivido nas ruas e não

terão qualquer rede social legítima. Mudar as perspectivas de vida de pessoas com tantas desvantagens não é tarefa fácil.

Tudo isto por conta do sistema que não ajuda em nada o indivíduo a se reeducar. Assim, as prisões brasileiras não estão cumprindo com sua função social e humana, o que se vê, no entanto é um desperdício absurdo de dinheiro, agravando cada vez mais a situação da violência e da desigualdade social no país. Os detentos entram de um jeito e saem de outro, ao invés de resgatar a cidadania, os mesmos entram de vez no mundo da criminalidade, se marginalizado cada vez mais.

Através da educação, num ambiente de sala de aula, mesmo que seja improvisada é uma forma de ressocialização e também é um direito fundamental de todos, homens e mulheres, de todas as raças, de todas as idades, no mundo todo; cada ser humano, criança, jovem ou adulto, deve ter condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem, independentemente do meio em que se encontram. Nesse sentido, no cenário atual existem iniciativas e projetos que visam garantir esse direito aos presos.

1.6. RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTOS NO AMAZONAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

Como já foi ressaltado, a ressocialização de detentos no Brasil é importante destacar também essa ressocialização desses sujeitos a nível estadual, pois quando se fala da ressocialização de detentos no Estado do Amazonas, podemos afirmar que não é muito diferente de outros Estados, uma vez que apresenta a mesma perspectiva, porém depende das parcerias e do grau das ações e dos delitos praticados pelos sujeitos, sem falar as ameaças do lugar onde essas pessoas transitam. A vontade e a esperança de mudança são inúmeras, porém, a complexidade e a resposta a tais questões dependem das escolhas feitas pela sociedade e pelo próprio Estado no sentido de universalizar as condições para socializar as pessoas (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) para uma cultura de licitude, de justiça e de liberdade, em síntese, uma cultura de cidadania.

Não podemos deixar de mencionar nesse contexto e citar a complexidade de tudo isso, quando destacamos as rebeliões, que são acontecimentos recentes nas prisões, principalmente dos estados brasileiros, a exemplo disso a do Estado do Amazonas que resultou com várias pessoas mortas de variadas formas, tendo como pano de fundo, a total ação de

crueldade, mas mesmo assim, não se pode tirar o direito dos demais que apresentam vontade de mudar e construir uma nova forma de viver e de se integrar na sociedade. Trata-se de atuar de modo a contribuir para formar pessoas capazes de conviver e reproduzir a cultura de decência, respeito e dignidade humana. Tanto que o Governo Estado do Amazonas trouxe para a Unidade Prisional de Tabatinga através da parceria com Prefeitura Municipal foi que se iniciou o processo de ressocialização de detentos da unidade local através da educação, na educação e a saúde no cárcere são também instrumentos de ressocialização do preso, tendo em vista a convivência social livre, lícita e segura. Injustificável é negar a possibilidade de ressocialização humana, numa perspectiva de cidadania, sem que nada tenha sido feito efetivamente nesse sentido. É imprescindível que se dê início a algo de concreto, sobretudo a projetos cujas ações sejam objetivamente mensuráveis, com vistas à ressocialização de presos.

Sem isso é impraticável a formação de elementos ou de variáveis que permitam a análise e a avaliação de resultados no que se refere à ressocialização de internos do sistema prisional do Estado.

No Estado do Amazonas, de acordo com Filho (2016):

Transformar os presídios em espaços de reeducação e saúde mental ou integral é eixo estruturante para um projeto de ressocialização consequente. Apesar da grave realidade de dominação dos presídios pelas facções criminosas, esse “território” pode ser reconquistado, sobretudo quando diante de ações articuladas do Estado e da sociedade, em especial voltadas para ocupar efetivamente os encarcerados. Essa tarefa não se limita aos policiais, agentes penitenciários e agentes de disciplina, mas depende de iniciativas de gestão e de participação da sociedade nos serviços de execução penal (cidadãos, professores, religiosos, autoridades, esportistas, empresários, artistas, psicólogos, médicos...). A ressocialização é um processo que visa formar o indivíduo para ser pessoa, profissional e cidadão, aspectos imprescindíveis ao desenvolvimento da sociedade. Antes de sentenciar que o desafio de ressocializar presos é mera ficção, deve-se ao menos buscar pôr em execução algumas providências ou medidas efetivas para corroborar ou não tal posicionamento.

Tendo em vista, inexistente quem não seja socializado de alguma maneira todos nós somos socializados. Haja visto, que nascemos sem saber falar, andar ou dar valor a qualquer coisa, todavia, é no ambiente em que vivemos que aprendemos a significar as coisas. Filho (2016) enfatiza essa questão e ressalta que a “sociedade molda o indivíduo tanto quanto este interage para dinamizar a cultura e a sociedade na qual convive”.

1.7. RESSOCIALIZAÇÃO DOS DETENTOS DA UNIDADE PRISIONAL DE TABATINGA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

A unidade prisional de Tabatinga vem trabalhando com a ressocialização dos detentos da cidade de Tabatinga Amazonas. Tem como finalidade priorizar a prevenção do retorno para

o presídio assim diminuir a ociosidade nas cadeias e implantar direito a liberdade do ser humano. No entanto, o olhar dos detentos sobre a escola é um olhar de admiração, pois olham a escola como a salvação da sociedade, como um ambiente aonde se vai para aprender, fazer amizades, e obter conhecimento. Porém o que chama a atenção é que eles só enxergam a importância da escola quando presos, fora não dão o valor necessário à escola fruto também da cultura de vida deles. Pois através dessa investigação pode-se verificar que a escola pode mudar várias coisas na sociedade, mas também mostra que a escola não caminha sozinha nesse desafio, de integrar pessoas excluídas socialmente, é preciso que a escola tenha o apoio de várias instâncias sociais.

Como afirma o relatório do Ministério Público Federal sobre a videoconferência nacional realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Câmara dos Deputados apud Silva:

Na sociedade predomina o desprezo aos internos no sistema prisional. Não há sensibilização suficiente para provocar a mobilização eficaz face às condições de saúde deploráveis, os ambientes superlotados, a ausência de atividades laborais e educativas. O quadro resultante, absolutamente crítico, exige respostas imediatas na forma de políticas públicas que envolvam todas as instituições responsáveis e a sociedade civil. A crise no sistema prisional não é um problema só dos presos, é um problema da sociedade. E toda a sociedade passará a sofrer o agravamento das consequências de sua própria omissão. (2006, p. 4)

Esse descaso alimenta cada vez mais a violência na população carcerária, onde não é diferente para educação escolar fora das prisões. Mesmo a educação sendo um instrumento de formação cidadã, transformação social e elemento indispensável à garantia dos direitos humanos, e tendo sua oferta instituída por lei, sua execução no sistema penitenciário ainda é compreendida como um privilégio para o preso. Em outras palavras a lei de Execução Penal foi influenciada, por tais estudos, pela preocupação por buscar a individualização da execução da pena, respeitar o preso como pessoa, como cidadão e não simplesmente, como criminoso. Nesta linha de respeito pela pessoa do preso, a Lei de Execução Penal prevê a realização de exame de personalidade, diferenciando essencialmente do exame criminológico, já que investiga a relação crime – criminoso, enquanto o de personalidade busca a compreender o preso enquanto pessoa, “para além das grades”, visando uma investigação de todo um histórico de vida, numa abordagem, bem mais abrangente e profundo para sua ressocialização.

Esse olhar dos detentos sobre a escola mostra que ela é uma instância de fundamental importância para a transformação social do país, e que a mesma deve trabalhar cada vez mais para incluir todos através da educação. Com os dados analisados e apresentados o que se vê é que os detentos conceituam a escola como um lugar de aprendizagem, de conhecimento e que

sua função social é de transformar a sociedade através da educação, a escola na compreensão dos mesmos tem como função apenas preparar os alunos para a vida e não para o mercado de trabalho.

Como afirma Costa (2006):

A sócio educação deve ter como fundamento os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade e, como fim, a formação plena do educando, a sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, com base na letra e no espírito do Art. 2º da LDBEN: “a educação é direito de todos e dever da família e do Estado, terá como bases os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana, e, como fim, a formação integral da pessoa do educando, a sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (p. 23) .

Portanto, para que os detentos possam ser reconhecidos como indivíduo não basta esperar que todos os internos recebam capacitação ou desenvolvimento semelhante, isto na verdade não será nem eficiente e nem eficaz. Alguns presos serão analfabetos, e outros poderão ter sido até alfabetizados.

A prontidão para a alfabetização significa ter um nível suficiente, sob determinados aspectos, para iniciar o processo da função simbólica, que é a leitura, e sua transposição prática, que é a escrita. (POPPOVIC; MORAES, 1996, p.5)

Muitos vão vir de ruas e outros de formação familiar, portanto, quando tiverem atividade de reabilitação, a vida do preso será importante no fato de sua decisão de liberdade para uma futura ressocialização.

A unidade prisional de Tabatinga é mista, com capacidade para 108 internos no regime fechado, mas na atualidade possui cento e trinta e cinco internos sendo 02 do sexo feminino e 133 do sexo masculino, abrange o regime fechado e semiaberto, condenados e provisórios, brasileiros e estrangeiros, oriundos da Justiça Federal e Estadual.

Atuam uma equipe de 13 funcionários. E possui uma equipe de chefes dos raios que são escolhidos pelos próprios internos e são destinados a passar para o diretor do presídio assuntos relacionados a seu raio, no presídio todos os dias de quarta-feira são destinados pelo diretor para ouvir os internos e saber suas necessidades, também tem algumas comemorações como dia dos pais, dia das mães e no dia e comemorado o dia do interno. Devido ser o único presídio da região do Alto Solimões tem maior número de internos. Onde ali estão presidiários, encarcerados por diversos crimes cometidos, contudo, o número máximo é de tráfico de drogas, na qual entendemos que situação do sistema prisional hoje no Brasil é lastimável, a superlotação, violência, e na Unidade Prisional de Tabatinga não é diferente, mas a educação e a profissionalização do apenado, para o reingresso no mundo do trabalho e no convívio social.

Tem por finalidade garantir uma reconciliação do detento com ele mesmo com ato de aprender com o comportamento do apenado durante seu regime de prisão dando possibilidade do mesmo projetar o seu próprio futuro, para uma liberdade provisória segundo a fala de Lima (2008,p.15) “quando se trata de viver no mundo ou estar entre os outros, se a ação é efetiva e minora o sofrimento alheio, se a ordem ética influencia decisivamente a dose de reciprocidade com que os homens tratam-se mutuamente, então a fraternidade estará presente, ainda que como o fundo de uma figura recorrente”,

Pensando em uma educação prisional, sabe-se que os apenados participam das atividades educacionais. Como direito humano exige um conjunto de ações, a cada 02 (dois) dias estudados reme 01(um) dia da pena. Neste cenário, há responsabilidades tanto do professor com o detento, ocorrendo uma parceria com todas as pessoas responsáveis garantindo assim os direitos dos encarcerados, sendo assim educação em prisões é um dever para ser cumprido tanto do estado quanto da sociedade civil.

Trata-se de salas de aula que compõem algumas cadeiras, lousa, dois ventiladores, longe de qualquer que seja outro meio de equipamentos para metodologia garantindo um melhor aprendizado aos alunos.

O funcionamento das salas de aula dentro do presídio de Tabatinga traz uma esperança para aqueles que participam, pois trazem consigo a vontade de saírem do sistema carcerário com uma formação adequada pra inserção no mercado de trabalho. A contribuição dos professores e dos órgãos competentes que assumem as parcerias, fortalecem e assegura o compromisso de quem ensina e de quem aprende nesses espaços.

2. CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO PRISIONAL: TRIHANDO OS MATERIAIS E MÉTODOS

Figura 1: Unidade Prisional de Tabatinga/AM



Fonte: Laynara Cordeiro, Maio de 2017.

[...] que deve ser preservado e enfatizado é que a educação no sistema penitenciário não pode ser entendida como privilégio, benefício ou, muito menos, recompensa oferecida em troca de um bom comportamento. Educação é direito previsto na legislação brasileira. A pena de prisão é definida como sendo um recolhimento temporário suficiente ao preparo do indivíduo ao convívio social e não implica a perda de todos os direitos (TEIXEIRA apud NOVELI; LOUZADA, 2011, p. 79).

2.1. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Neste capítulo serão apresentados os materiais e os procedimentos metodológicos que subsidiaram a pesquisa, pois esses procedimentos foram relevantes para definir e os caminhos e nortear a trajetória desse trabalho investigativo no contexto da Educação Prisional e a formação de detentos.

O presente trabalho intitula-se - Educação Prisional: O processo de formação do aluno detento na Unidade Prisional de Tabatinga-AM.

Para que os objetivos desta pesquisa se desenvolvessem, optou-se pela linha de pesquisa Educação, Sociedade e Escola, na qual se fez necessário que as atividades desenvolvidas fossem planejadas e organizadas rigorosamente e, portanto, considerou-se que a melhor maneira para isso acontecer, seria iniciar-se com uma pesquisa bibliográfica onde foram realizadas várias leituras em diferentes fontes para se entender melhor os campos da ação da pesquisa e na sequência, dá-se a pesquisa de campo participativa, com observações e questionários, com o método dialético em que tudo se relaciona e se transforma, ou seja, o ser humano está em constante transformação, e com abordagem qualitativa.

A escolha pelo método qualitativo se firma por sua eficácia em descrever e explicar fenômenos. Segundo Neves (1996), esse método surgiu inicialmente no seio da Antropologia e da Sociologia e nos últimos anos ganhou espaço em áreas como a Psicologia, Educação e Administração de Empresas. Faz parte da pesquisa qualitativa a obtenção de dados descritivos

mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação do objeto de estudo, proporcionando maior aproximação do pesquisador com o objeto ou situação pesquisada.

Para com tudo, as pesquisas qualitativas nos dão um norte, para que entender com mais clareza o que de fato ocorre no campo a ser pesquisado, nos permitindo entrar no então “desconhecido”, a ponto de descobrir coisas novas e transformar isso em conhecimento.

2.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi realizada no sentido de conhecer como se procede o ensino de formação do aluno-detento na Unidade Prisional de Tabatinga, no Município de Tabatinga-Amazonas, fronteira com Letícia-Colômbia, haja vista, a possibilidade de descontentamento por parte de alguns alunos, e por isso essa pesquisa nos possibilitou ter um contato a mais com método de ensino, onde requer um olhar crítico, devido as condições de ensino que ali procede. Deste modo surgiu a necessidade de pesquisarmos entre os professores e alunos a relação entre eles, para entender melhor os fatores associados aos problemas encontrados pelo docente e discente dentro de sala de aula da unidade prisional.

Entende-se que é na sala de aula, principalmente, que o aluno adquire conhecimentos e habilidades que o ajudarão na sua formação de ser humano capaz e consciente, preparado para entender que os nossos direitos acabam onde começam os direitos dos outros, capacitados para criticarem e aceitarem críticas, respeitarem e serem respeitados, nessa perspectiva cita-se a afirmação de Libâneo (2000, p. 249) apud Souza que nos diz que: a interação professor-aluno é um aspecto fundamental da organização “situação-didática” tendo em vista alcançar objetivos do processo de ensino: a transmissão e a assimilação dos conhecimentos, hábitos e habilidades.

“O professor, ao querer desenvolver os programas de ensino, esquece o foco principal das práxis pedagógicas, que é a aprendizagem do aluno. Em sua relação com os alunos, muitas vezes, consciente ou não, adota uma didática mecânica, prejudicando o processo de aprendizagem (PROFORMAR DE METODOLOGIA, p.54, 2006)”. Uma questão que é essencial na escola é a interação aluno-professor. Percebe-se ao entrar numa sala de aula, aquele aluno, na qual não consegue de maneira alguma interagir-se com os demais alunos e principalmente com o professor. Vale ressaltar, as relações entre os mesmos, a forma com que se comunicam, seja de forma emocional ou afetiva, entre outros, fazem parte do trabalho que o professor tem que exercer na sala de aula.

A interação professor-aluno é um aspecto fundamental da organização da “situação didática”, tendo em vista alcançar os objetivos do processo de ensino: a transmissão e assimilação dos conhecimentos, hábitos e habilidades”. (LIBÂNEO, 1994, p. 249)

Tendo em vista esse aspecto fundamental no processo de ensino na transmissão e assimilação dos conhecimentos, Libâneo (1994) ressalta dois aspectos da interação aluno-professor no trabalho docente:

O aspecto cognoscitivo (que diz respeito a formas de comunicação dos conteúdos escolares e às tarefas escolares indicadas aos alunos) e o aspecto sócio emocional (que diz respeito às relações pessoais entre professor aluno e às normas disciplinares indispensáveis ao trabalho docente) (p. 249).

Nesse sentido, se faz necessário que o professor instrua suas aulas de maneira que os alunos possam assimilar tais conteúdos de forma clara, mesmo sabendo que a situação pedagógica é condicionada e que talvez não haja pleno entendimento entre ambos, mas é um fator relevante que concorre positivamente para a interação aluno-professor. Contudo, o professor deve ter em mente que é o mesmo não é só um transmissor de conteúdo, mas que pode ser um amigo, lógico em que haja o respeito, na qual possa ter o manejo dos recursos da linguagem, ou seja, ter simplicidade ao falar com o aluno, assim também como conhecer o nível de conhecimento dos mesmos.

É importante destacar, mesmo que o professor necessite atender um aluno em especial pelo grau de dificuldade em alguns fatores relevantes em sala de aula, o mesmo deve se relacionar com o grupo de alunos, ou seja, a interação deve estar voltada para a afetividade de todos.

A afetividade é um dos elementos fundamentais para trabalho em sala de aula. É impossível, porém, manter sempre o equilíbrio. "Vale a pena que cada um de nós, ao ingressar em sua sala para uma aula nova, encare-a assim mesmo, como nova, e trace um plano para conquistar o aluno com ela, como se fosse uma nova namorada ou novo namorado. (MARQUES, 2001, p.97).

Uma vez que o professor agir assim, estará respeitando cuidadosamente o conhecimento que o aluno tem ou o que trouxe de casa, ou seja, o seu saber próprio. Tendo em vista, em sala de aula, o professor exerce uma autoridade, fruto de qualidades intelectuais, morais e técnicas, mas o mesmo tem que saber como repassar isso para os alunos, pois as ações docentes, de certa forma devem orientar os alunos a serem sujeitos ativos, na qual a autoridade tende a fecundar a relação educativa e não diminuí-la.

2.3. CAMPO DE PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada na Unidade Prisional de Tabatinga, no município de Tabatinga-AM, fronteira com Letícia-Colômbia, onde é trabalhado a EJA (Educação de Jovens e Adultos) deste 2007, local onde se encontram detentos de diversos municípios próximos.

A Unidade Prisional de Tabatinga possui um prédio próprio, foi edificada na sede deste município, em um terreno baldio cedido pelo bispo Dom Alcimar Caldas Magalhães com uma área construída de aproximadamente 1.110 km dentro da área do 8º Batalhão de Polícia Militar está situada na Rua Manoel Tananta, s/nº Bairro: Santa Rosa, Município de Tabatinga-AM, é uma Unidade Prisional pública do Estado, mantida pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

Foi inaugurada em abril de 2005, e é constituída por IV raios em cada raio com cinco (05) celas com pouca ventilação sendo que o raio I e destinado às mulheres uma (01) cozinha (01) uma sala de artesanato que foi cedida pelo diretor da Unidade para a implantação da EJA (01) quadra poliesportiva (01) sala de informática (01) enfermaria que atende as necessidades dos internos (01) uma biblioteca, sala dos Agentes Penitenciários e sala da administração, possui salas de aula que compõem algumas cadeiras, lousa, dois ventiladores, longe de qualquer que seja outro meio de equipamentos para metodologia garantindo um melhor aprendizado aos alunos.

2.4. SUJEITOS DA PESQUISA

O presente trabalho desenvolveu-se por meio da pesquisa qualitativa e quantitativa, considerando que esta abordagem proporciona resultados significativos no campo educacional. Tendo como sujeitos da pesquisa alguns agentes da Unidade Prisional de Tabatinga-AM. O estudo investigativo contou com dez (10) sujeitos participantes, tal como um (1) diretor, três (3) professores e seis (6) alunos-detentos do 1º segmento do turno matutino. Com estes sujeitos pesquisados utilizou-se a técnica da aplicação de questionário para coleta de dados da mesma, dando norte para que esta pesquisa tivesse êxito.

2.5. INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a realização dessa pesquisa, primeiramente foi enviado ao diretor da Unidade Prisional um documento solicitando a autorização do mesmo para que a pesquisa fosse

realizada. Após a autorização, permaneceu-se na Unidade para repasses de regras e acordos que ali existem. No entanto, houve o encaminhamento para a sala para o primeiro momento da observação das mesmas, enfocando na metodologia, processo de aprendizagem, relação aluno-professor, ambiente, entre outros. O instrumento para coleta de dados utilizado foi o questionário de sete (7) questões para os alunos-detentos e oito (8) questões para o diretor e professores, sendo elas perguntas abertas, onde apresentamos as perguntas e foi deixado um espaço em branco para que os sujeitos respondessem sem qualquer restrição. Ao utilizar questões abertas, os respondentes sentiram-se mais à vontade para responder o questionário, pois o número de respondentes era mínimo, na qual os mesmos opinaram por um questionário ao invés de entrevista, devido a insegurança deles ao responder diretamente as perguntas.

Na concepção de Gil (1999), o questionário é definido como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas.

Depois da aplicação do questionário, logo percebe-se que a linguagem utilizada pelos sujeitos foi bastante clara e objetiva, com vocabulário adequado ao nível de escolaridade dos mesmos. O questionário foi aplicado a um número pequeno de informantes, sendo eles um (1) diretor, três (3) professores e seis (6) alunos-detentos. Primeiramente houve uma apresentação como acadêmica da Universidade do Estado do Amazonas e que estava ali para uma pesquisa, mostrou-se o questionário, foi feita uma leitura breve, depois perguntou-se se gostariam de responder. Todos acima citados disseram que sim, aguardou-se o término do questionário em outro ambiente, mas antes disse ainda estive-se presente no momento inicial das respostas dos alunos-detentos. No entanto, foi necessário sair da sala e então só tivemos contato com eles no término, para pegar os questionários já respondidos.

2.6. ANÁLISE DOS DADOS

Como instrumentos de coleta de dados foi utilizado, principalmente, a observação e os questionários para a investigação. Tais dados foram coletados junto à Unidade Prisional de Tabatinga (diretor da unidade, professores e alunos-detentos).

Para obter resultados do estudo do problema o tipo de pesquisa foi estudo de campo. No entanto, para ter melhor entendimento do estudo de campo, Ventura (2002, p. 79) enfatiza: “a pesquisa de campo deve merecer grande atenção, pois devem ser indicados os critérios de escolha de amostragem (das pessoas que serão escolhidas como exemplares da situação do

problema), a forma pela qual serão coletados os dados e os critérios de análise dos dados obtidos”, ou seja, o pesquisador fica em contato relativamente íntima com a vida dos observados. O objetivo dessa comunicação é apontar alguns aspectos referentes à formação do aluno-detento em favor do aprendizado do mesmo.

Fez-se análise qualitativa do material coletado através de entrevistas escritas, onde foi utilizado um questionário com questões subjetivas para os agentes envolvidos neste processo. As categorias de análises foram construídas a partir da questão central da pesquisa que se desenvolveu abrangendo o tema Educação Prisional: o processo de formação do aluno-detento na Unidade Prisional de Tabatinga-AM.

A pesquisa qualitativa utiliza várias técnicas de dados, como a observação participante, história ou relato de vida, entrevista e outros. (COLLIS; HUSSEY, p. 2005)”. Abordando os fatores relevantes dos desafios e dificuldades que os mesmos enfrentam. Esse método de abordagem requer uma atenção especial para as observações dos dados que serão recolhidos ao decorrer da pesquisa descritiva.

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. [...] Procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. [...] desenvolve-se, principalmente, nas ciências humanas e sociais, abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados e cujo registro não consta de documentos. (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 66).

Para análise da pesquisa com o diretor do Presídio foi construída oito questões a partir do questionário elaborado: 1) Há quanto tempo acontece nesta Unidade de Tabatinga a Educação Prisional? 2) Como acontece a Formação dos alunos detentos na Unidade Prisional de Tabatinga? 3) Quais são os maiores problemas encontrados no processo de formação dos alunos detentos neste ambiente de trabalho? 4) Quais os métodos de ensino que os professores utilizam para o processo de aprendizagem dentro da Unidade Prisional? 5) Há preocupação no desenvolvimento da prática de atuação da educação prisional, já que os professores ensinam alunos-detentos? Quais? 6) Na sua opinião, o trabalho que os professores realizam através educação prisional apresenta efeitos na vida dos detentos? 7) Trabalhar com a Educação prisional não apresenta ameaça para os professores que atuam na unidade prisional? 8) Já houve algum fato em foi preciso a intervenção de professores que atuam na unidade prisional. Comente-o.

Para análise com os professores foi construída oito questões a partir do questionário elaborado: 1) Há quanto tempo você leciona na Unidade Prisional de Tabatinga? 2) Como acontece a Formação dos alunos detentos na Unidade Prisional de Tabatinga? 3) Quais são os

maiores problemas encontrados no processo de formação dos alunos detentos e no ambiente de trabalho? 4) Quais os métodos de ensino você utiliza para o processo de aprendizagem dentro da Unidade Prisional? 5) Há preocupação no desenvolvimento da prática de atuação da educação prisional, já que ensina alunos-detentos? Quais? 6) Na sua opinião o trabalho que você faz na educação prisional apresenta efeitos na vida dos detentos? 7) Trabalhar com a Educação prisional não apresenta ameaça no desenvolvimento da atuação pedagógica dos professores na sala de aula? 8) você sabe que tipo de infração seus alunos praticaram para estarem presos?

Para análise das com os alunos-detentos foi construída sete questões a partir do questionário elaborado: 1) Há quanto tempo seu professor leciona na Unidade Prisional de Tabatinga? 2) Na sua opinião, quais são os maiores problemas encontrados pelos professores no ambiente de trabalho? 3) Você acha importante o funcionamento do ensino dentro da unidade prisional para alunos que estão cumprindo pena? Por quê? 4) Há preocupação por parte dos professores, já que ensinam alunos-detentos? 5) Os trabalhos que os professores fazem na educação prisional apresentam efeitos na vida dos detentos? Comente. 6) Na sua opinião, há ameaça para os professores que atuam com a educação prisional? 7) Que tipo de infração você praticou para estar cumprindo pena na Unidade Prisional?

Esta pesquisa foi coletada dados através de questionário em sua totalidade tem sido proveitoso, pois foram temas abordados através de várias perguntas direcionadas ao convívio dos mesmos ali dentro.

3. CAPÍTULO III - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS - DESCREVENDO A REALIDADE DA EDUCAÇÃO PRISIONAL NA UNIDADE DE TABATINGA/AM

Figura 2: Cella de Segurança da Sala de Aula na Unidade Prisional de Tabatinga/AM.



Fonte: Adneison, 2017.

[...] não é discutir se a educação pode ou não pode, mas é discutir onde pode, como pode, com quem pode, quando pode; é reconhecer os limites que sua prática impõe. É perceber que o seu trabalho não é individual, é social e se dá na prática social de que ele faz parte. É reconhecer que a educação, não sendo a chave, a alavanca da transformação social, como tanto se vem afirmando, é, porém, indispensável à transformação social (FREIRE apud NOVELI; LOUZADA, 2011, p. 76).

Neste capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa mediante os dados obtidos no Campo da Pesquisa acerca da Educação Prisional: o Processo de Formação do aluno detento na Unidade Prisional de Tabatinga-AM

3.1. O HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-EJA DA UNIDADE PRISIONAL DE TABATINGA-AM

Na unidade prisional de Tabatinga/AM desde 2007 acontece a formação para alunos-detentos. A primeira turma formada foi em junho de 2007. Este estudo dentro do presídio de um Programa vinculado a Universidade do Estado do Amazonas, com dezessete (17) alunos matriculados, acompanhada e monitorada pelo professor Edberto Silva que na época era interno do regime fechado da Unidade Prisional de Tabatinga-AM.

Em 04 de Abril de 2008 após as parcerias UEA-Tabatinga, SEAP-AM, SEDUC/Manaus e Secretaria Municipal de Educação de Tabatinga foi implantado no interior da Unidade Prisional a EJA Educação de Jovens e Adultos na modalidade de 1º Segmento da EJA de 1º a 5º ano, turno vespertino com 35 alunos matriculados, turma anexo da Escola Municipal Marechal Castelo Branco, vinculada à Secretaria municipal de Educação.

Atualmente a EJA atende aos alunos nos turnos, matutino e vespertino com duas turmas em cada turno sendo uma turma da EJA 1º Segmento e a outra turma de Ensino Médio da EJA.

O ambiente prisional não um lugar muito acolhedor, ainda mais acrescido com algumas situações desumanas, contribui para a baixa autoestima dos presos. A escola que funciona no presídio, é um espaço onde as tensões são aliviadas, o que justifica sua existência e seu papel na ressocialização do preso, pois os apenados que tem acesso à educação terão mais probabilidades de ingresso ao mercado de trabalho.

É na escola que o preso passa a sentir-se mais sujeito do que objeto é onde pode sentir-se mais livre, pois é na escola que ele tem a liberdade de falar o que pensa, de expressar suas ideias e se revelar verdadeiramente um ser humano. Segundo Brandão (2005, p.8) “As ideias transformam as pessoas e as pessoas transformam o mundo”. Todo o conhecimento e experiências adquiridas em sala de aula são bagagens que podem transformar paulatinamente o presidiário.

A escola pode ser considerada como um espaço capaz de gerar práticas sociais que contribuam para uma transformação das perspectivas de seus sujeitos, no sentido de se reconhecerem cada vez mais como sujeitos do processo educativo. A educação é um campo vasto, revestido de múltiplas formas, ocorrendo em vários lugares, níveis e modalidades de ensino. Sua prática tem sido reconhecida como necessária a vida social, pois participa da construção de saberes, de competências e de relações sociais determinadas.

O papel da educação na disciplina de História, no cárcere deve ser aproveitado para reeducar os alunos-detento e auxiliá-los a ter uma visão da História mais ampla de como surgiu o mundo, a buscar outras formas de inserção na sociedade, pois observamos que os detentos que tem acesso à escola estão mais acessíveis ao mercado de trabalho, e mais aptos ao convívio externo. É através do ensino que os encarcerados têm a oportunidade de se humanizar e se transformar. “Ninguém educa ninguém. Ninguém educa a si mesmo. As pessoas se educam entre si, mediatizadas pelo mundo”. (FREIRE, 1995 p.43) A educação é transformadora quando se quer transformar. O ensino aprendizagem se faz com o professor por que ele é mediador.

O educador deve ter sensibilidade e crer no ser humano e em sua capacidade de regeneração, compreendendo-o como um ser inacabado, que tem potencialidade e vivência a serem consideradas segundo a dialética freireana, “e ao pensar na educação do homem preso, não se pode deixar de considerar que o homem é inacabado, incompleto, que se constitui ao longo de sua existência e que tem a vocação de ser mais, o poder de fazer e refazer, criar e recriar”. (FREIRE, 1983; p.81).

Conhecer um pouco do seu cotidiano, seus sonhos, seus engajamentos culturais, sociais e políticos, possibilita a aproximação cada vez mais deles e o olhar antes restrito vai se transformando em um novo olhar, mais rico e interessante, pois o papel do educador prisional é o de olhar a pessoa marcada por suas ações impensadas, com um olhar respeitoso, um olhar diferenciado.

Somente quando o preso sente a amizade do educador, destas que não exige retorno, é que se inicia o processo de autoconfiança, é aqui que se dá à dialógica, revitalizando os seus próprios valores. Os educadores deverão estar atentos às falhas dos presos e procurar interferir e orientá-los sempre que necessário, mostrando a importância das mudanças de comportamento para conquistar, lutar e ter direito a dignidade. Além das competências previstas na proposta pedagógica deve-se enfatizar valores, respeito, limites, responsabilidade, reflexão, autoavaliação, capacidade de mudança, permitindo assim que o educando acredite e persista na possibilidade de mudança e persistência em seus objetivos, buscando assim a reestruturação social.

Nesse sentido Freire afirma:

Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação. (1995, p.50).

A escola prisional guarda especificidades que a diferenciam de outros espaços. A sociedade dos cativos mantém expectativas em relação à instituição escolar enquanto à aquisição de conhecimentos e ao preparo para o convívio social. A educação serve para melhorar os índices de escolaridade e auxilia na escolha de projeto de vida.

A escolarização do preso deve adequar-se às suas características, necessidades e formas de ser. Dessa forma concorda-se com Santos (2002, p.105) quando este afirma que, “faz parte do imaginário dos detentos a expectativa de ter acesso aos conhecimentos acumulados, via escola, e isso não sofre variação se essa instituição está dentro ou fora da prisão”.

O funcionamento de escola no presídio é um meio de oportunizar a socialização, na medida em que oferece ao aluno outras possibilidades referenciais de construção de sua identidade e de resgate da cidadania perdida é nesse espaço que o professor pode colocar suas intenções de transformação, de mudar atitudes, capacidades e ideias. Também é importante ressaltar que o detento aproveita, ou acaba aproveitando a oportunidade para se educar, já que não o fez lá fora. E que sempre vale a pena investir na recuperação do ser humano, mesmo que isso exija um trabalho árduo e persistente ao educador. Conforme o sociólogo Salla (1999, p. 67) “[...] por mais que a prisão seja incapaz de ressocializar, um grande número de detentos

deixa o sistema penitenciário e abandona a marginalidade porque teve a oportunidade de estudar”.

A reeducação é a educação tardia, ou seja, aquela que o detento não teve oportunidade de usufruir na época devida, por fatos como, por exemplo, a entrada no mundo do crime muito cedo. Verifica-se que o índice de analfabetismo nas penitenciárias é muito alto. Muitos nem assinam seu próprio nome, poucos possuem ensino fundamental e uma minoria o ensino médio.

Lei de Execução Penal-LEP (1984) em seu artigo 18, o ensino do primeiro grau será obrigatório, e compreende a Unidade Federativa. É preciso mais empenho social para esses centros, já que as atividades educacionais podem ser traçadas por meio de convênios tanto com empresas particulares como empresas públicas, segundo o artigo 20 da LEP (Lei de Execução Penal).

Outro benefício de suma importância ao interno está presente no artigo 21 da LEP: “Em atendimento às condições locais, dotar-se-á estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos”. Muitos centros carcerários possuem a biblioteca, porém não o suficiente para uma readaptação ou reciclagem do interno. Várias dessas bibliotecas dependem de doações para reposição de livros, precisam de conhecimentos novos, mas as doações são feitas com edições que não interessam mais, porque, normalmente, o que se doa é o que não se tem necessidade.

A sala de aula de qualquer espaço educativo é portadora de várias culturas, várias cidadanias, várias entidades e a escola trabalha com esse jogo complexo de filiações e pertences. Apesar dos limites de caráter ideológico, social, político e cultural, o professor de História tem presente que o elemento fundamental da eficácia de seu papel reside no processo de resgate da liberdade, e a escola é uma das instituições que melhor cumpre a tarefa de oferecer possibilidades que libertam e unem, ao mesmo tempo. Se o aprisionado vive em função desse resgate, não há que se medir esforços para o repensar da escola e de outras práticas educativas que ocorrem no interior das prisões.

3.2. OS SUJEITOS QUE FAZEM PARTE DA EDUCAÇÃO PRISIONAL DA UNIDADE DE TABATINGA

3.1.1. Quem são alunos detentos?

Esta pesquisa foi realizada com alunos-detentos do 1º segmento da EJA (Educação de Jovens e Adultos) da Unidade Prisional de Tabatinga-AM, esses alunos perderam alguns anos

de escolarização por diversos motivos. É importante ressaltar, que turma é formada por vinte (20) sujeitos, contudo, na tabela um (1) participaram da pesquisa seis (6) alunos-detentos, sendo eles todos do sexo masculino, um (1) natural de Manaus-AM, um (1) Arraial do Cabo-RJ, um (01) de Benjamin Constant-AM e os demais natural de Tabatinga/AM, com idade em média entre 20 a 65 anos, todos já condenados por diversos crimes, entre eles: três (3) por tráfico de drogas, dois (2) por latrocínio e um (1) evasão de divisa.

Tabela 1: Quadro de Alunos-detentos que frequentam a escola na Unidade Prisional de Tabatinga-AM.

Aluno-Detento	Idade	Sexo	Naturalidade	Grau de Escolaridade	Escola em que estudou
Aluno-detento 1	35 anos	Masculino	Manaus-AM	Ensino Fundamental Incompleto	-
Aluno-detento 2	24 anos	Masculino	Tabatinga-AM	Ensino Fundamental Incompleto	E. E. Marechal Rondon e E. E. Conceição Xavier de Alencar
Aluno-detento 3	65 anos	Masculino	Benjamin Consntat-AM	Ensino Fundamental Incompleto	-
Aluno-detento 4	63 anos	Masculino	Arraial de Cabo-RJ	Ensino Fundamental Incompleto	E. E. Estácio de Sá
Aluno-detento 5	26 anos	Masculino	Tabatinga-AM	Ensino Fundamental Incompleto	-
Aluno-detento 6	33 anos	Masculino	Tabatinga-AM	Ensino Fundamental Incompleto	E. E. Conceição Xavier de Alencar

Fonte: Laynara Cordeiro, 2017.

Aponta-se aqui a importância de percebe-se que o desafio a ser enfrentado para que a educação prisional possa contribuir para a libertação, pois as dificuldades são tamanhas quanto ao trabalho executado, na sua acepção mais ampla, dos aprisionados requer discutir a educação escolar como um todo. A educação inclusiva e libertadora não se fará nas escolas prisionais se não se fizer também nas demais escolas do País.

Nesse sentido, uma escola que tenha como objetivo educar para a liberdade, precisa contar com uma infraestrutura diferenciada. As salas subdivididas em corredores compridos, como aponta Foucault (1987), que bem lembram os hospitais, as cadeias e manicômios já não contribuem para os processos de interação. Rever o tempo é rever o espaço, rever as filas, organizar os pequenos e os grandes grupos, é rever até mesmo o trabalho individual.

Destaca-se a necessidade de investimento no profissional da educação e na ampliação dos quadros de recursos humanos. É necessário um maior número de profissionais na escola prisional, por considerar a importância das relações e das qualidades dessas relações.

Houve um grau de dificuldade na coleta dos dados, pois teve-se que agendar com antecedência o momento da pesquisa com os alunos-detentos, porém de um dia para o outro, os mesmos poderiam não estar mais no presídio. No entanto, há uma mobilidade interna na qual dificulta o contato com os mesmos sujeitos selecionados durante um período longo. Em suma a pesquisa realizada com esse seis (6) alunos-detentos teve êxito.

Muitos dos alunos-detentos nunca tiveram sequer contato com as tecnologias hoje existentes, um deles disse que sabe lidar com um computador, no entanto, nunca leram uma obra literária, foram a uma biblioteca ou até mesmo a participaram de alguma palestra. Muitos deles estão afastados da escola há muito tempo e seus relatos sobre suas vivências escolares nos mostram um quadro de exclusão através de constantes repetências ou problemas disciplinares.

É importante deixar claro que não foi fácil desenvolver essa pesquisa no âmbito do presídio, no geral já há uma insegurança em todos os aspectos.

3.1.2. Quem são os professores?

Os professores que participaram desta pesquisa são profissionais com formação superior em Letras, História e Matemática, todos graduados pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA, e tem em média dez anos ou mais de experiência na Educação, sendo elas com crianças, jovens e adultos. Sendo os três (3) de nacionalidade brasileira e do sexo masculino, onde um (1) é natural do Município de Benjamin Constant, um (1) natural de Tabatinga-AM e um (1) natural de Santo Antônio do Içá-AM, todos situados no Alto Solimões.

Na Unidade Prisional de Tabatinga encontram-se detentos dessa e de outra região. Neste ambiente tem funcionários públicos do Estado e do Município, na qual dentro da Unidade Prisional a Educação funciona com a unificação dessas duas instâncias. Os professores trabalham com o Programa são lotados na Escola Estadual Pedro Teixeira, localizada na Avenida da Amizade. Porém, dois dos professores que participaram da pesquisa também tem lotação na Escola Estadual Raimundo Carvalho, localizada na Rua Coronel Berg, próximo a Unidade Pronto Atendimento (UPA) e a Escola Municipal Jociêdes Andrade, localizada na Avenida da Amizade.

Tabela 2: Quadro do Professores sujeitos da Pesquisa na Unidade Prisional de Tabatinga

Professor	Idade	Tempo de serviço em escola prisional	Vínculo com a Instituição	Disciplina que leciona	Trabalha em outra Instituição Escolar	Segmento em que atua na escola prisional
Professor 1	47 anos	10 anos	Vinculado ao Estado	Língua Portuguesa	Não	1º Segmento do Ensino Fundamental
Professor 2	40 anos	6 anos	Vinculado ao Estado	Matemática	Município	1º Segmento do Ensino Fundamental
Professor 3	43 anos	2 anos	Vinculado ao Estado	História	Município	1º Segmento do Ensino Fundamental

Fonte: Laynara Cordeiro, 2017.

Identificou-se que nenhum desses professores têm matrícula com o Sistema Prisional, porém todos se consideram capacitados no ato de ensinar e lidar com esses discentes, onde apresentam práticas e habilidades. Tendo em vista, pessoas que tem um aprendizado de lidar com outras pessoas que trazem consigo toda uma experiência de seu cotidiano, precisando necessariamente um bom relacionamento entre professores e alunos. Contudo, seja em uma Escola ou na Unidade Prisional, o professor serve de referência para seus alunos, assim sendo um formador de opiniões, todavia, vale ressaltar uma boa relação entre ambos, na qual é um caminho para se ter resultados positivos para o educador, que é a aprendizagem do aluno. Para o educador Freire (1996, p.47).

Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”, ou seja, ao entrar em uma sala de aula o educador deve ter em mente que ele deve ser um sujeito aberto as curiosidades, indagações, perguntas entre outras questões que partirão do aluno, sabendo e exercendo a tarefa que lhes foi proposta (ibidem) “a de ensinar e não a de transferir conhecimento.

Libâneo (1994), ainda contribui no que se refere a estruturação do trabalho docente:

O professor procura incentivar os alunos no estudo da matéria, colocando os objetivos e os resultados que devem ser conseguidos. Estimula nos alunos o desejo de dominar um novo conhecimento para novos progressos, indica as habilidades que podem ser aprendidas para a aplicação dos conhecimentos na prática. Para isso usa vários procedimentos: põe um problema, conversa com os alunos, incita suas curiosidades, analisa exercícios já resolvidos, enlaça os conhecimentos anteriores com a matéria nova, usa ilustrações, pede uma redação rápida, dá breves exercícios que indicam o tipo de assunto que será estudado. (p. 97).

Com as informações precisas que foram detidas observou-se, que os métodos utilizados pelos professores chamam a atenção do aluno, onde os professores que são capazes de descobrir qual a metodologia que mais se adequa ao seu alunado, sempre demonstra mais êxito em suas aulas, bem como os alunos apresentam um melhor rendimento. Bem como será destacado mais adiante os métodos que os professores da Unidade Prisional de Tabatinga têm utilizado em suas aulas.

3.3. DIRETORIAS DA UNIDADE PRISIONAL DE TABATINGA-AM

O quadro administrativo da Unidade é composto por um (1) Diretor, um (1) Diretor Adjunto, uma (1) Auxiliar Administrativa, sendo o sujeito participante desta pesquisa o Diretor Adjunto, pois o mesmo se dispôs a ajudar e salientar tais questões voltadas a Educação Prisional neste estabelecimento. O mesmo exerce sua função há quase dez (10) anos e tem demonstrado interesse no desenvolvimento da educação dentro da Unidade, também é educador há mais de dez (10) anos, atualmente leciona no turno noturno na Escola Municipal Francisco Mendes, situada no Bairro Tancredo Neves.

O perfil dos professores foi traçado com informações da Diretoria de Educação da penitenciária. Com eles foram realizadas uma pesquisa com o uso do questionário e uma conversa, buscando informações que permitissem analisar o ideário dos professores, o modo como avaliam o papel da escola dentro do contexto prisional e o seu papel nesse espaço.

Da mesma forma que se procedeu com os alunos, houve preocupação em respeitar os professores colaboradores em relação ao horário estipulado, ao seu universo de valores, cumprindo os acordos com suas conveniências e garantindo o sigilo das informações obtidas.

O papel dos diretores é zelar pelo espaço e manter um clima de ordem para que todos convivam com tranquilidade na medida que o ambiente oferece.

3.4. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS ALUNOS-DETENTOS A PARTIR DOS RESULTADOS DA PESQUISA

O presente trabalho intitula-se Educação Prisional: o processo de formação do aluno-detento na Unidade Prisional de Tabatinga-AM. Procurou-se investigar o processo de formação desses alunos-detentos, assim como conhecer os procedimentos de formação dos mesmos, identificando os fatores associados aos problemas que possivelmente podem ser encontrados

pelo docente dentro, assim também como relatar a metodologia e o processo de ensino-aprendizagem em sala de aula.

A coleta de dados foi feita com um (1) diretor, três (3) professores e seis (6) alunos-detentos do 1º segmento do Ensino Fundamental. Foi realizada uma pesquisa através de observação direta e questionário contendo sete (7) questões para os alunos-detentos e oito (8) questões para o diretor e professores que nortearam a discussão (Apêndice).

A partir de então serão apresentadas as respostas dos alunos-detentos, dos professores e do diretor da Unidade Prisional confrontando as respostas, e apresentando a concepção de cada um sobre o tema proposto e as respostas serão comparadas com a observação e análise da pesquisadora e na sequência complementando com as argumentações teóricas.

A questão de nº 2 direcionada ao Diretor e aos Professores da Unidade: **Como acontece a Formação dos alunos detentos na Unidade Prisional de Tabatinga?**

A resposta dos sujeitos foram as seguintes:

Diretor do presídio – *“A formação acontece através do 1º ao 5º, 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos – EJA.”*

Professor 1 – *“Os privados de liberdade são matriculados e após o término de cada curso os mesmos são promovidos do 1º segmento para o 2º segmento e do 2º segmento para o Médio.”*

Professor 2 – *“De forma diferenciadas, pois as autoridades competentes não apoiam e querem que funcione e temos que dar nosso jeito, assim é muito difícil.”*

De acordo com Saviani (2004, p.102), em metas do Plano Nacional de Educação – PNE, elaborado pelo Ministério de Educação e Cultura - MEC, parágrafo 16, “implantar em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam crianças e jovens infratores programas de Educação de Jovens e Adultos de nível fundamental e médio, assim como formação profissional”.

A condução do trabalho docente em sala de aula, deve acontecer com o espírito de coletividade, solidariedade e ajuda mútua, visando sempre o desenvolvimento intelectual do aluno, mas como pode-se observar o Professor 2 tocou numa questão bastante interessante, o apoio que as autoridades poderiam dar, ou melhor, melhores condições de trabalho para esse servidor público que se sente capaz de fazer algo bom para nossa sociedade e que ele sozinho não consegue. Indagações surgem, desde as condições de trabalho a execução do trabalho docente.

De acordo com esse posicionamento Libâneo (1994, p. 179) da ênfase ao mesmo, de forma onde “o trabalho docente, sendo uma atividade intencional e planejada, requer estruturação e organização, a fim de que sejam atingidos os objetivos do ensino”, contudo, é importante que essa formação do aluno seja de uma maneira que haja a valorização das experiências trazidas de seu cotidiano. Como foi observado, a Educação de Jovens e Adultos se procede dentro de um sistema na qual tem os mesmos requisitos exigidos fora da Unidade Prisional de Tabatinga, pois foi diagnosticado o bom relacionamento do professor-aluno, na qual se faz importante poder desenvolver melhor a capacidade de aprender, criando um entusiasmo pelo conteúdo e facilitando uma melhor compreensão no desenvolver do ensino-aprendizagem.

A interação professor-alunos é um aspecto fundamental da organização da “situação didática”, tendo em vista alcançar os objetivos do processo de ensino: a transmissão e assimilação dos conhecimentos, hábitos e habilidade (LIBÂNEO 1994, p.249).

No entanto, apesar das divergências que surgem e o comprometimento das autoridades vigentes nesse processo, contudo, “ainda” há a valorização da relação e o respeito mútuo dentro de sala de aula, criando assim subsídios para entender melhor o conteúdo, podendo então ter um maior respeito e compreensão de ambas as partes.

Por outro lado, se tal relação não for boa, causa conflitos dentro de sala e o desinteresse começa a surgir. Todavia, nos levou a fazer a questão de nº 3 para o Diretor da unidade prisional, Professores: **Quais são os maiores problemas encontrados no processo de formação dos alunos detentos neste ambiente de trabalho?** Na verdade o objetivo dessa pergunta foi tentar conhecer alguns aspectos, que na visão dos alunos, forma empecilhos para sua aprendizagem em tal situação.

Para essa questão tivemos as seguintes respostas:

Diretor da unidade prisional – *“Falta de espaço; - falta de internet; - falta de materiais didáticos.”*

Professor 1 – *“Falta de material didático em geral e um espaço físico adequado, pois temos turma estudando no corredor do Sistema Prisional e tudo funciona de forma precária.”*

Professor 2 – *“A falta de espaço físico e do descaso dos administradores da Educação desse Estado (SEDUC/SEMED).”*

Professor 3 – *“Falta de materiais didáticos, assistência a nós professores, falta de espaço e melhores condições de trabalho.”*

A questão de nº 2 aos Alunos-detentos: **Na sua opinião, quais são os maiores problemas encontrados pelos professores no ambiente de trabalho?**

Obteve-se as respostas:

Aluno-detento 1 – *“Falta de local apropriado para o número de alunos internos; falta de conexão com o Diretor; em tempo de chuva, chove dentro da sala também.”*

Aluno-detento 2 – *“O maior problema é não ter um ambiente apropriado para ele fazer o seu trabalho.”*

Aluno-detento 3 – *“Na minha opinião é que a gente não tem uma sala de aula, a gente assiste a aula no corredor, falta de materiais, não temos caderno e isso é muito triste porque nos detentos merecemos uma segunda chance.”*

Aluno-detento 4 – *“Falta de um local apropriado e falta de recursos didáticos para o professor e os alunos.”*

Aluno-detento 5 – *“Lugar adequado para que eles possam exercer sua função com precisão.”*

Aluno-detento 6 – *“Local adequado para desenvolver seu trabalho, falta de materiais de qualidade.”*

Nas questões de nº 2 direcionadas aos alunos-detentos e de nº 3 direcionadas ao Diretor e Professores, nas observações feita no local da pesquisa, há um problema grande que é a falta de espaço, na qual tanto os professores quanto os alunos são submetidos a ficar a aula toda superaquecida, onde ali no momento encontra-se funcionando somente um (1) ventilador que foi cedido pelo município a pedido dos detentos, devido a isso, as aulas atrasaram bastante. Acredita-se que no mundo em que vivemos, se faz necessário que haja o acesso à internet para os professores na busca que Freire (1996) considera o inacabamento do ser humano, porém como se trata de detentos do regime fechado, essa tarefa se torna um pouco mais difícil, no entanto, serviria para a atualização de conteúdos que provavelmente seriam ministrados pelos professores.

A formação continuada de docentes se caracterizará, principalmente, por encontros coletivos, organizados, sistematicamente a partir de necessidades sentidas pelos professores, preferencialmente na própria escola onde atuam, com periodicidade determinada (semanal ou quinzenal); será contabilizada como hora-atividade, e terá como objetivo e finalidade a reflexão sobre a prática educativa e a busca dos mecanismos necessários e adequados ao seu aperfeiçoamento técnico, ético e político (SAVIANI, 2004, p.150).

Ser professor exige inúmeros saberes para a prática educativa e um deles é querer bem os educandos, sendo então a mesma permeada por tais circunstâncias, tal como a afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico em busca de mudanças.

Nesse terceiro ponto colocado pelo diretor é que nos remete a pergunta de nº 4 proposta ao Diretor e Professores da Unidade: **Quais os métodos de ensino que os professores utilizam para o processo de aprendizagem dentro da Unidade Prisional?** Se fez necessário o uso dessa pergunta, uma vez que muito professores utilizam-se de materiais didáticos cedidos pelo Estado ou Prefeitura.

Na resposta do diretor, o mesmo aponta que os professores utilizam os métodos dialéticos, na qual tudo se relaciona numa ação recíproca, onde tudo se transforma” e “métodos qualitativos, dando ênfase as qualidades do alunado.

Cabe aqui ressaltar a real situação em que se encontra a Educação dentro do Sistema Prisional, tal como em questão dos métodos utilizados pelos professores em prol de um ensino onde possa render bons resultados. O educador deve propiciar aos seus alunos condições para que eles tenham o maior aproveitamento possível dos conteúdos ministrados, em que favoreçam o desenvolvimento da sociabilidade, cooperação e do respeito.

Todo o esforço é recíproco. No entanto, os conteúdos aplicados dentro da unidade requer um pouco mais de atenção, pois diante das respostas dadas, a realidade lá é totalmente diferente de fora da mesma.

Para essa questão o professor 1 respondeu que o método utilizado é puramente – Tradicional Democrático.

Professor 2 – *“Fazemos o esforço de trabalhar da mesma forma que trabalham fora da Unidade Prisional, porém é impossível. Não podemos entrar com determinados tipos de material e tudo precisa de autorização do diretor da Unidade.”*

Professor 3, enfatiza *“o método que aplico é de procurar envolver o aluno em debates, discussões de tal conteúdo, pois é necessário que haja a interação, seja ela de aluno para aluno ou de professor para o aluno.”*

De acordo com Libâneo (1994) “o conceito mais simples de método é o caminho para atingir um objetivo” (p.150). É de suma importância destacar que o professor dirija e estimule o processo de ensino em função de um conjunto de ações, passos, condições externas e procedimentos, a que chamamos métodos de ensino.

O método de ensino expressa a relação conteúdo-método, no sentido de que tem como base um conteúdo determinado (um fato, um processo, uma teoria, etc.). O método vai em busca das relações internas de um objeto, de um fenômeno, de um problema, uma vez que esse objeto de estudo fornece as pistas, o caminho para conhecê-lo. Mas, quando falamos que o método propicia a descoberta das relações entre as coisas que

se estudam, referimo-nos à ideia de que os fatos, os fenômenos, os processos estão em constante transformação, em constante desenvolvimento, em virtude de que é pela ação humana que as coisas mudam. Nesse sentido, como apanhar os objetos de estudo nas suas relações internas significa verificar como a ação humana entra na definição de uma coisa, isto é, ver nas relações entre as coisas os significados sociais que lhes são dados e a que necessidades sociais e humanas está vinculado o objeto de conhecimento. O método de ensino, pois, implica ver o objeto de estudo nas suas propriedades e nas suas relações com outros objetos e fenômenos e sob vários ângulos, especialmente na sua implicação com a prática social, uma vez que a apropriação de conhecimentos tem a sua razão de ser na sua ligação com necessidades da vida humana e como a transformação da realidade social (LIBÂNEO 1994, p.151).

Na verdade o que se entende é que os métodos de ensino dependem muito de tal objetivo, tendo em vista o conhecimento e a transformação da realidade, ou seja, nesta sociedade a prática educativa parte do preceito de transmitir e assimilar tal conhecimento. Quando em suma se deve preparar o indivíduo para ser um sujeito capaz de refletir sobre suas ações, a ponto de compreender e transformar sua realidade.

Infelizmente, muitas vezes o professor se sente desmotivado por diferentes razões que podem ser desde uma questão bastante discutido, a remuneração dos mesmos, sendo neste caso um pouco diferente, pois seria destinado aos professores da Unidade Prisional de Tabatinga-AM um ajuda extra chamado de periculosidade, na qual eles estão desde o ano passado sem receber, culpando então sistema educacional. Outra questão é de um planejamento mais bem detalhado para criar condições prazerosas para os alunos fazendo com que sintam que aquele conteúdo é importante para ele.

Para Libâneo (1994):

O planejamento escolar tem, assim, as seguintes funções: a) explicar princípios, diretrizes e procedimentos do trabalho docente que assegurem a articulação entre as tarefas da escola e as exigências do contexto social e do processo de participação democrática (p.223).

No entanto, quando se trata de educação, do ensino, do aprendizado, de diferentes maneiras de entender a educação como melhoria para sua vida, trazemos a questão de nº 3 direcionada aos alunos-detentos: **Você acha importante o funcionamento do ensino dentro da unidade prisional para alunos que estão cumprindo pena? Por quê?** Os mesmos afirmaram:

Aluno-detento 1 – *“Através da educação que conseguimos os nossos objetivos.”*

Aluno-detento 2 – *“É muitíssimo importante a educação neste presídio como em todos os presídios do Brasil, porque ajuda a comunicação.”*

Aluno-detento 3 – “A educação nos ajuda mais e vamos sair daqui com outros objetivos e com outras ideias e melhorar de vida na sociedade.”

Aluno-detento 4 – “Sabemos que é importante estudar aqui dentro e voltar a estudar lá fora quando sairmos daqui com objetivos e outras intenções boas para compartilhar com a sociedade.”

Aluno-detento 5 – “A educação vai fazer a gente sair daqui com boas intenções para viver na sociedade.”

Aluno-detento 6 – “O ensino é importante, porque através dele que se constrói uma sociedade promissora e mais o ensino no sistema nos proporciona uma missão de vida.”

Pensando dessa forma, e trazendo para o contexto educacional, de uma realidade onde é classificada pelos detentos como “ruim”, na qual são punidos diariamente com uma alimentação deficiente, é precária a estrutura física das celas. Então eles acreditam que a educação seja a porta de saída do presídio, a escola sendo vista como um lugar de refúgio, se sentido até fora da prisão quando estão no espaço cedido para lecionar aulas.

O espaço da escola prisional torna-se, para aquelas pessoas privadas de liberdade, um local de possibilidade de rompimento como aprisionamento, um espaço de intervenção social em que o professor investe, além de suas habilidades profissionais, o que é como pessoa (VIEIRA, 2008, p.23).

As vezes a ausência de respostas provoca o medo, a insatisfação e frustração do educando com a sua realidade e seu cotidiano, principalmente quando questionado sobre sua rotina na unidade, sobre mudanças necessárias à escola. Portanto, a questão de nº 5 direcionada ao Diretor e Professores nos faz entender melhor sobre a prática de atuação dentro da Unidade, tal como: **Há preocupação no desenvolvimento da prática de atuação da educação prisional, já que os professores ensinam alunos-detentos? Quais?**

Temos as seguintes respostas:

Diretor do presídio – “Sim, pois os professores estão preparando os alunos-detentos para o retorno na sociedade.”

Professor 1 – “Sim, independente dos crimes cometidos, eles são convidados a participar das aulas nos diferentes cursos, pois a partir dessa prática que se trabalha em sala a ressocialização do aluno-detento.”

Professor 2 – “Sim, pois a preocupação que temos é em levar a essas pessoas uma educação digna e de qualidade.”

Professor 3 – *“Sim, quando na verdade o que visamos é justamente a socialização desse indivíduo dentro e fora da unidade, onde possa vir a interagir de maneira diferente com a sociedade.”*

Para os professores participantes da pesquisa, as maiores dificuldades encontradas para ministrarem suas aulas são falta de conhecimento acumulativo, desinteresse pelo estudo, materiais didáticos, infraestrutura, entre outros. Acredita-se que todo professor deve demonstrar coerência entre suas ações e seu caráter, pois seu comportamento em momento algum deve contradizer seus preceitos, a ponto de ser desastroso em suas atitudes incoerentes. A prática posta pelo educador, seja ele para formar cidadão privados de liberdade ou não é posta como espelho, onde a atuação dentro da unidade deve sempre serve de exemplo para os alunos.

É válido ressaltar a colocação dos professores quando a ressocialização do alunos-detentos, uma visão diferente do que se costuma ver, pois os mesmos estão sujeitos a tudo ali dentro e mesmo assim pensam em levar para estes alunos uma visão diferente de mundo e não simplesmente estudar para redução de pena, ou estudar por estudar e sim como enfatiza o educador Freire (1996):

Constatando, nos tornamos capazes e intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela. É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem estuda, seja físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático, ou o pensador da educação. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade. Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de estudar por estudar. De estudar descomprometidamente como se misteriosamente, de repente, nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante mundo, alheado de nós e nós dele (p.77).

Devendo perguntar-se: em favor de que estudo? Em favor de quem? Contra que estudo? Contra quem estuda? São perguntas que deve-se refletir e levar isso para os alunos, de maneira que os mesmos reflitam sobre seus atos.

O que se mostrou bem a grande preocupação que há da prática docente em favor de uma ressocialização futura dos alunos-detentos. Portanto realizou-se a pergunta de nº 4 para os alunos-detentos: **Há preocupação por parte dos professores, já que ensinam alunos-detentos?** A resposta deles foram as seguintes:

Aluno-detento 1 – *“A preocupação percebida em relação aos professores, é com a melhoria do ensino no sistema, ato de respeito.”*

Aluno-detento 2 – *“Sim, há preocupação com a melhoria do ensino no sistema.”*

Aluno-detento 3 – *“Sim, há realmente preocupação para o aluno melhorar de comportamento, já que é natural comportamento das pessoas individualmente.”*

Aluno-detento 4 – *“Sim, porque está ensinando nós a se educar melhor na sociedade.”*

Aluno-detento 5 – *“Sim, para nos educar e mostrar que a vida não se resume só aqui dentro, temos uma inteira lá fora.”*

Para a maioria dos professores, os jovens da unidade frequentam a escola para poder ter o direito a redução de pena, porém o que deu para observar é que este não é o principal motivo. Verificou-se então, que a escola é vista como algo positivo dentro dos presídios e que a boa relação entre professores e alunos favorece a aprendizagem.

A questão de nº 6 foi direcionada ao Diretor e aos Professores foi a questão de nº 5 direcionada aos Alunos-detentos se refere: **Na sua opinião, o trabalho que os professores realizam através educação prisional apresenta efeitos na vida dos detentos?**

Os mesmos argumentam:

Diretor do presídio – *“Sim, pois alguns detentos já chegaram a passar no ENEM.”*

Professor 1 – *“Sim, esse projeto educacional é fundamental na vida, pois é a partir dessa vivência em sala de aula que os mesmos são preparados para o retorno a sociedade.”*

Professor 2 – *“Tudo depende da força de vontade de cada um. Muitos que já saíram se ressocializaram, estão trabalhando e uns até fazendo faculdade.”*

Professor 3 – *“Quando a pessoa quer mudança, ela procura primeiramente mudar a si mesmo. Portanto, o trabalho docente só apresentará efeitos na vida do aluno-detento de o mesmo quiser isso, porque muitos só estudam para reduzir a pena.”*

Aluno-detento 1 – *“Sem dúvida nenhuma, desde que nós tenhamos rendição aos trabalhos que os mestres aqui desempenham.”*

Aluno-detento 2 – *“Sim, o interesse tem que partir de nós, é com muito sacrifício que eles chegam até aqui.”*

Aluno-detento 3 – *“Completamente favorável para melhora a vida dos alunos, acho muito possíveis mudanças do indivíduo com a educação.”*

Aluno-detento 4 – *“Sim, melhora de vida e ter uma boa educação e voltar para população como uma pessoa melhor.”*

Aluno-detento 5 – *“Sim.”*

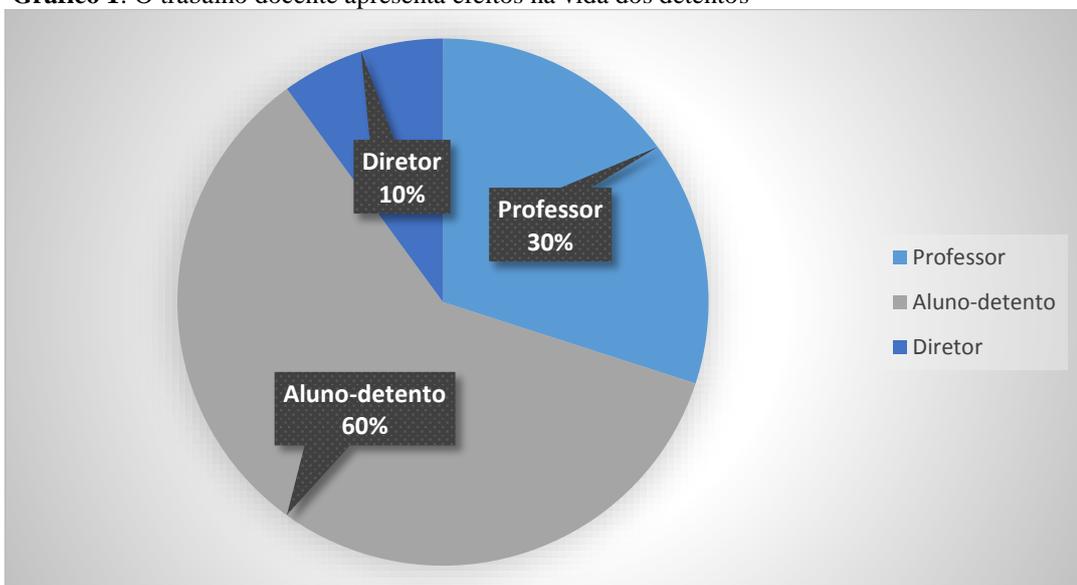
Aluno-detento 6 – “Sim, porque é muito bom poder continuar os estudos para recuperar o tempo perdido que passei parado.”

Nessa perspectiva Paulo Freire (1996, p.79) diz que “mudar é difícil mas é possível”, onde o eixo central das respostas dadas pelos sujeitos é de lidar com posturas rebeldes, na qual a mudança de mundo implica na dialética entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação. Vale ressaltar, não se pode de maneira alguma, nas ações político-pedagógicas desconsiderar o saber da experiência do alunado.

O que devo pretender não é a neutralidade da educação mais o respeito, a toda prova, aos educandos, aos educadores e às educadoras, o respeito aos educadores e educadoras por parte da administração pública ou privada das escolas; o respeito aos educandos assumido e praticado pelos educadores não importa de que escola, particular ou pública. É por isto que devo lutar sem cansaço. Lutar pelo direito que tenho de ser respeitado e pelo dever que tenho de reagir a que me destratem (FREIRE, 1996, p.112).

Onde há respeito, há motivações, na qual o docente “democrático, coerente, competente, que testemunha seu gosto de vida, sua esperança no mundo melhor, que atesta sua capacidade de luta, seu respeito às diferenças sabe cada vez mais o valor que tem a para a modificação da realidade, a maneira consistente com que vive sua presença no mundo, de que sua experiência na escola é apenas um momento, mas um momento importante que precisa de ser autenticamente vivido (FREIRE, 1996, p.112)”. Portanto, se a educação não pode mudar o mundo, de alguma coisa ela “serve”, mesmo que seja para mudar o homem, e conseqüentemente, mudar o mundo.

Gráfico 1: O trabalho docente apresenta efeitos na vida dos detentos



Fonte: Cordeiro, 2017.

Contudo, a questão de nº 7 direcionada ao Diretor e Professores reflete sobre o risco ou não de trabalhar na Unidade. A pergunta foi a seguinte: **Trabalhar com a Educação prisional não apresenta ameaça para os professores que atuam na unidade prisional?**

A questão nos traz as seguintes respostas:

Diretor do presídio- *“Felizmente não há.”*

Professor 1 – *“Em partes sim, mais a missão de educar é a essência para o desenvolvimento da educação dentro das Unidades Prisionais.”*

Professor 2 – *“Estamos sempre vulneráveis e em situação de risco. Não temos nenhuma segurança e somos alvos fáceis devido a tumulto de facção criminosa.”*

Professor 3 – *“Posso dizer que sim, pois apesar de exercemos funções onde pode contribuir para essa triste realidade, também podemos servir de reféns caso haja alguma rebelião dentro da Unidade.”*

Sobre a dinâmica do espaço dentro do Sistema Prisional, onde os professores se sentem de alguma forma ameaçados, Leme (2007) afirma:

As grades e os portões nos advertem que nesse espaço deveremos ser submissos, a arquitetura se impõem fazendo de nós pequenos fragmentos; devemos ser pacientes a aguardar as ordens dos funcionários. Ao adentrar um presídio é saber que teremos nossa vontade e nossos desejos reprimidos. Só avançamos quando é permitido. Só teremos acesso a espaços que não delatem os segredos das prisões.

Passo a passo, encontramos locais “menos agressivos”. No pátio é fácil nos depararmos com pessoas praticando algum tipo de atividade física ou realizando alguma tarefa referente à sua sobrevivência, às suas necessidades diárias. Assim, é possível “ocupar o tempo”, a pena “parece” passar mais rápido, o ócio – pior castigo de quem se encontra preso - é deixado de lado. O importante como dizem os presos, é ocupar a mente.

Para Paiva (2007), atuar na escola da prisão está muito além do cumprimento de carga horária de professores e transferência de mão de obra.

Professores que estão em escolas de presídios nem sempre fizeram esta escolha, porém aspectos procedimentais do sistema educacional os levaram até lá. Escolhas não feitas, mas impostas podem ser desastrosas quando se trata de docentes para condições tão especiais. Não basta ao sistema, nesse caos, adotar a regra geral de lotação do docente nas unidades escolares, mas adotar diferenciações que possam acolher professores motivados para o trabalho em locais diferenciados. A prática pedagógica em condições adversas e ameaçadoras pode significar um desafio para muitos, impelidos a compreender as razões do cárcere e contribuir com processos de aprendizado para sujeitos privados de liberdade e do saber sistematizado (PAIVA, 2007, p.46).

Acredita-se que os professores, coordenação escolar e a Secretaria de Educação devam estabelecer um diálogo no momento da seleção de professores que irão atuar nas prisões. Essa escolha não deve acontecer de forma aleatória, pois as consequências, tanto para o professor quanto para o aluno podem ser desastrosas. Afim de se explorar mais sobre esse assunto fez-se a questão de nº 6 que foi direcionada ao aluno-detento: **Na sua opinião, há ameaça para os professores que atuam com a educação prisional?** Essa questão nos remete a uma reflexão. E para essa questão as respostas foram:

Aluno-detento 1 – *“De forma alguma, do meu conhecimento nunca houve, pois sempre foram respeitados da melhor forma possível.”*

Aluno-detento 2 – *“Ameaça não, mas por outro lado não há segurança.”*

Aluno-detento 3 – *“Que eu saiba e vi é alegria para os que querem estudar, há respeito ao educador em todo sentido da palavra.”*

Aluno-detento 4 – *“Não, porque ele está fazendo o seu trabalho de nos educar.”*

Aluno-detento 5 – *“Não porque não tem risco de uma rebelião aqui no sistema.”*

Aluno-detento 6 – *“Eles entram sem nenhuma segurança e estão sempre à mercê caso aconteça uma rebelião.”*

De acordo com as observações diretas na sala de aula, estes profissionais que atuam na unidade prisional ficam muito expostos ao que vier a acontecer, porque eles entram sozinhos na sala, sem acompanhamento de agentes carcerários, policiais, enfim sabe-se bem que já houve rebeliões nesta Unidade Prisional e que supostamente não há segurança alguma quando se trata de uma facção criminosa.

Gráfico 2: Educação Prisional apresenta ameaça os professores



Fonte: Laynara Cordeiro, 2017.

A questão de nº 8 direcionada ao Diretor, na qual perguntou-se: **Já houve algum fato em foi preciso a intervenção de professores que atuam na unidade prisional?** O mesmo responde convicto de que “nunca” houve. Pelo que foi relatado pelos professores, realmente não houve nenhum incidente em que os docentes tiveram que dar alguma interferência, mesmo porque quando houve a última rebelião foi num sábado e não estava tendo aula, então foi em um momento em que os professores não estavam presentes.

Trazendo a questão de nº 8 para os Professores: **Você sabe que tipo de infração seus alunos praticaram para estarem presos?** E de acordo com as respostas, todos ali sabem os crimes cometido pelos alunos-detentos, tal como:

Professor 1 – *“90% por tráfico de Drogas, 5% por Estupro, 4% por Roubo/Furto e 1% Evasão de Divisa, onde toda porcentagem é baseada na população carcerária da semana.”*

Professor 2 – *“A maioria por tráfico de drogas.”*

Professor 3 – *“Drogas, roubo, morte, estupro, entre outros.”*

A questão de nº 7 foi feita aos Alunos-detentos: **Que tipo de infração você praticou para estar cumprindo pena na Unidade Prisional?** Os sujeitos contribuem com as respostas:

Aluno-detento 1 – *“Evasão de Divisa.”*

Aluno-detento 2 – *“Tráfico Internacional de Drogas.”*

Aluno-detento 3 – *“Como gestor do Direitos Humanos na Paróquia de Benjamin Constant, por defender aos pobres e denunciar, estou condenado e sem audiência.”*

Aluno-detento 4 – *“Roubo.”*

Aluno detento 5 – *“Tráfico de drogas.”*

A maioria dos alunos-detentos estão presos há mais de dois anos e possuem o ensino fundamental incompleto, então percebe-se que os jovens estão cada vez mais cedo envolvidos em alguma atividade ilícita e fora do ambiente escolar porque se observa aqui que a faixa etária de idade varia entre vinte e quatro (24) a sessenta e cinco (65) anos. É importante ressaltar que a escola pode intervir nisso quando cedo for diagnosticado, pois a mesma tem importância na formação dos alunos porque está fazendo uma educação complementar à da família. Nada mais que uma espécie de estágio de vida intermediário entre família e a sociedade.

Diante do que foi discutido, resta ter pelo menos uma constatação de que se busca formas de transformar a realidade da Educação no Sistema Prisional, na qual a mesma possa

ser concretizada de maneira eficaz em favor da ressocialização dos alunos-detentos. Sendo a educação uma parte de série de fatores que podem contribuir ou não com a reintegração social e desenvolvimento do aluno-detento, depende muito de como são administrados os recursos disponibilizados para este processo.

Seguindo-se com a descrição das considerações finais fazendo-se uma abordagem geral do que vivenciou-se no campo da pesquisa apontando a relevância desse estudo, as contribuições e as sugestões para o ensino prisional da unidade de Tabatinga/AM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de Conclusão de Curso buscou abordar e elucidar Educação Prisional: o processo de formação do aluno-detento na Unidade Prisional de Tabatinga-AM, teve como objeto de estudo o aluno-detento na qual procurou compreender de que maneira acontece o processo de formação dos detentos na unidade prisional de Tabatinga/AM. Nas abordagens apontadas houve pontos positivos e negativos que ali foram encontrados. Tendo como mediador do conhecimento, o professor, criando um caminho que satisfaça os agentes envolvidos, dando um norte para motivá-los a ponto de se interessarem pelos conteúdos apresentados, por isso se faz necessário o destaque da interação entre os sujeitos participantes da pesquisa, para assim facilitar a comunicação e entendimento dentro de sala de aula.

Aprender é construir, reconstruir e mudar, por isso como sujeito ativo na pesquisa, tivemos um certo receio, medo, pois desde o primeiro contato, do medo do desconhecido, não sabíamos o que iríamos encontrar na coleta de dados. No começo percebeu-se um olhar de dúvidas, anseios, esperança, talvez ou melhor somente você sendo sujeito investigador terá esta mesma sensação que tivemos na trajetória da pesquisa, sem ter condições de entender o que eles queriam passar com aqueles olhares.

Neste sentido, segue algumas sugestões de melhoria para que haja uma melhor interação entre ambos os sujeitos (professor-aluno): que os professores procurem dinamizar suas aulas, tornando-as atrativas e pouco cansativas, onde os alunos vejam em seus professores a possibilidade de ampliar as dimensões do processo ensino-aprendizagem, e os professores se conscientizem que a atitude com relação aos alunos condiciona sua atitude diante de nós.

Nessa perspectiva, o professor precisa entender o âmbito de sua atuação, levando seus alunos a compreensão das razões pelas quais os seus atos o levaram a privação, pois nós passamos por consideráveis mudanças e a educação é capaz de promover transformações no indivíduo, dando sustentação para um recomeço.

Partindo das análises coletadas é que se chegou ao resultado de que, na grande percepção dos sujeitos, o envolvimento dos mesmos, ou seja, a interação que eles constroem influenciam de maneira positiva e no aprendizado dos detentos. Uma vez que o espaço físico tem sido um grande problema, um processo escasso de infraestrutura dentro da unidade, empecilho esse que fez atrasar o início do ano letivo neste ano de 2017. Outro problema é a resistência da sociedade para com o processo de escolarização, garantido em lei e de direito de todos. Tendo em vista a necessidade de cursos específicos para a atuação dos docentes, onde os mesmos possam elaborar seus materiais didáticos para ministrar sua aula, já que é totalmente

escasso. Por mais que ali estejam professores atuantes de outras escolas, no momento em que estiverem dentro de sala de aula, o aluno precisa se sentir em uma outra escola fora da Unidade, para que assim os mesmos possam criar mecanismos que garantam possibilidade de eles mesmos introduzirem materiais didáticos, de realizarem pesquisa e sem contar as tarefas que são passadas para fazer em “casa”.

É importante destacar, que a escola dentro da prisão deve ir além de somente ler e escrever, precisa proporcionar aos alunos-detentos um lugar de experiências ricas, tal como o respeito, a cooperação entre todos (aluno-aluno, aluno-professor, professor-professor), valorizando a interação para como um todo. Precisamos entender que não há pessoa irrecuperáveis, porém o sistema carcerário é insatisfatório no que tange esse processo de recuperação do aluno-detento.

Se faz necessário que se crie uma modalidade de ensino diferenciada para a educação prisional, respeitando as necessidades do aluno, professor e de todos os agentes envolvidos neste processo, proporcionando a ressocialização e recuperação através do estudo como consta da Lei de Execução Penal.

Um ponto bastante relevante é o espaço físico, onde ali se encontra uma sala de aula, porém por condições insatisfatórias para os alunos e professores, os mesmos são muitas das vezes “obrigados” a estudar no corredor da Unidade, devido a infraestrutura da sala de aula, na qual não há ventilação e cadeiras suficientes para eles. Deve-se salientar ainda, a demanda de alunos, pois o sistema educacional “dita” que é preciso que os professores trabalhem com seis alunos no turno matutino e seis no turno vespertino. No entanto, a demanda é grande no que se refere aos que se interessam em estudar, porém não conseguem devido a supostas “regras” do sistema que seguem.

Portanto, esta pesquisa, nos possibilitou uma visão mais ampla sobre a Educação Prisional, que vai além das desigualdades educacionais existente, onde o poder público e a sociedade precisam se conscientizar da importância dada a educação para com um todo e sem exceções, a ponto de implantar um melhor relacionamento, adotando princípios de amor e carisma com o seu semelhante, tomando atitudes de compreensão, e respeitando as escolhas e as individualidades, superando os desafios e entendendo que cada um de nós tem valor único e incomparável. Agindo assim as diferenças serão compreendidas e todos passarão a se relacionar melhor.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Vocação de Educar – algumas palavras sobre o exercício do trabalhador da educação**. Mimeo, 2005.
- BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**; promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Anne Joyce Angher. 6. ed. São Paulo: Rideel, 2008.
- _____. Senado Federal. **Código Penal de 1940**. Brasília: Senado Federal, 2008.
- _____. Senado Federal. **Lei n. 7.210/84**. Lei de Execução Penal. Brasília: Senado Federal, 2008.
- BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 06/03/17.
- CALHAU, Lélío Braga. **A “ressocialização” de presos e a terceirização de presídios: impressões colhidas por um psicólogo em visita a dois presídios terceirizados**, 2008.
- CASTRO, J. M. **Educação e pobreza: provocações ao debate**, 2010.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- COSTA, Enio Silva da. **Por uma educação além das grades**. III Seminário Políticas Sociais e Cidadania. Disponível em <http://www.interativadesignba.com.br> Acesso em 15/08/2011.
- COYLE, Andrew. **Manual para servidores penitenciários**. Publicado por Internacional Centre for Prison Studies.
- DI PIERRO M.C. et. al. **Visões na educação de jovens e adultos no Brasil**. Caderno Cedes, ano XXI, nº 55, nov/ 2001 58p- 77p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b.: Saberes necessários à prática educativa, 1996.
- _____. **Educação como Prática da liberdade**. 32ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2009.
- _____. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.^a edição.
- _____. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Ana Maria Araújo Freire (org.). São Paulo: Editora Unesp, 2001.

FILHO, Pontes. **Amazonas atual**. Maio, 2016.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Explicação das Normas da ABNT**. – 17. Ed. – Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2013.

HADDAD, S. e DI PIERRO, M. C. **Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos**. São Paulo Perspec., Mar 2000, vol.14, no.1.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática/ José Carlos Libâneo**. – São Paulo : Cortez, 1994. – (Coleção Magistério. 2º grau. Série formação do professor).

_____. **Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Cortez, 2000.

LIMA, A. J. C. **A dialética da fraternidade, da dignidade e do pluralismo**. Vol. 39, n. 2. João Pessoa: Ideia, 2008.

MAEYER, Marc. **Alfabetização e cidadania: revista de educação de jovens e adultos**. – Brasília: RAAAB, UNESCO, Governo Japonês, 2006.

MARTINS, José do Prado. **Administração Escolar**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999

MARQUES, Nailor Jr. **Educação para a felicidade**. Maringá PR, Linceu Editora, 2001.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Relatório sobre a videoconferência nacional realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Câmara dos Deputados**, 2006. Disponível em: <http://www.prsp.mpf.mp.br/prdc/area-de-atuacao/torviolpolsist/Relatorio%20situacao%20prisional%20-%20Comissao%20de%20Direitos%20Humanos%20.pdf>. Acesso em: 26/03/17

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades**. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º Sem/ 1996.

NOVELI, Juliana; LOUZADA, Shênia Soraya Soares. **O trabalho do professor dentro das penitenciárias**. Revista Trajetória Multicursos – FACOS/CNEC Osório Ano 3 – Vol. 5 - Nº 6 - Jul/2012.

Resolução CNE/CEB 02/2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 de maio de 2010, Seção 1, p. 20.

SALLA, Fernando. **As Prisões em São Paulo, 1822-1940**. São Paulo: Annablume-Fapesp, 1999.

SANTOS, S. **A educação escolar no sistema prisional sob a ótica dos detentos**. São Paulo.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao no plano nacional de educação: por uma política educacional/ Dermeval Saviani** – 5. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004 (Coleção educação contemporânea).

SILVA, Lorraine Ferreira. **Educação Prisionais e Escolas nas Prisões**. 2013. Monografia apresentada ao curso de Pedagogia (Escola de Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2013.

PAIVA, Jane. Conteúdo e Metodologia: A prática docente no cárcere. Salto para o futuro. **EJA e Educação Prisional**. Boletim 06, 2007.

POPPOVIC, Ana Maria & GOLUBI, Genny de Moraes. **Prontidão para a alfabetização; programa para o desenvolvimento de funções específicas**. São Paulo: Vetor. 1996.

TEIXEIRA, Carlos José Pinheiro. **EJA e Educação Profissional**. BRASIL. MECSEED Boletim nº 06, maio 2007 (Salto para o Futuro).

TOURAINÉ, Alain. **Após a crise: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS. PROFORMAR. **Metodologia do desenvolvimento da pesquisa** / Coordenador Almir Liberato da Silva. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2006.

VENTURA, Paulo Cezar Santos. Por uma Pedagogia de projetos: uma síntese introdutória. Educação & Tecnologia, CEFET-MG. Belo Horizonte, V.7, N.1 - Jan. a Jun./2002.

ZACARIAS, André Eduardo de Carvalho. **Execução Penal Comentada**. 2 ed. São Paulo: Tend.

ANEXOS

ANEXO A – Fotos

Figura 3: Localização de Tabatinga no mapa da Região Norte.

Fonte: Wikipédia, 2017.

Figura 4: Fronteira (Tabatinga/AM-Letícia/COL)

Fonte: Portal G1, 2017.

Figura 5: Tabatinga/AM, vista aérea

Fonte: Adneison Severiano, 2016

Figura 6: Centro de Estudos Superiores de Tabatinga - UEA



Fonte: Wikipédia, 2017.

Figura 7: Cella de Segurança da Sala de Aula na Unidade Prisional de Tabatinga/AM



Fonte: Adneison Severiano, 2017

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário destinado ao Diretor da Unidade Prisional

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Este questionário é parte de meu Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, que está sendo realizado, e tem como finalidade coletar dados sobre **Educação Prisional: o processo de formação do aluno-detento na unidade prisional de Tabatinga-AM.**

QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO PARA DIRETOR DA UNIDADE PRISIONAL
DE TABATINGA

- 1) Há quanto tempo acontece nesta Unidade de Tabatinga a Educação Prisional?

- 2) Como acontece a Formação dos alunos detentos na Unidade Prisional de Tabatinga?

- 3) Quais são os maiores problemas encontrados no processo de formação dos alunos detentos neste ambiente de trabalho?

- 4) Quais os métodos de ensino que os professores utilizam para o processo de aprendizagem dentro da Unidade Prisional?

- 5) Há preocupação no desenvolvimento da prática de atuação da educação prisional, já que os

professores ensinam alunos-detentos? Quais?

- 6) Na sua opinião, o trabalho que os professores realizam através educação prisional apresenta efeitos na vida dos detentos?

- 7) Trabalhar com a Educação prisional não apresenta ameaça para os professores que atuam na unidade prisional?

- 8) Já houve algum fato em foi preciso a intervenção de professores que atuam na unidade prisional. Comente-o.

Muito obrigado pela colaboração,

LAYNARA CORDEIRO APARÍCIO

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a utilização das respostas contidas neste questionário para fins de pesquisa acadêmicas, referentes à monografia exigida no curso de licenciatura em pedagogia CSTB-Tabatinga, e tenho conhecimento que minha identidade será preservada.

Assinatura do Diretor

APÊNDICE B - Questionário destinado aos Professores da Unidade Prisional



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**



Este questionário é parte de meu Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, que está sendo realizado, e tem como finalidade coletar dados sobre **Educação Prisional: o processo de formação do aluno-detento na unidade prisional de Tabatinga-AM.**

QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO PARA PROFESSORES

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Nacionalidade: _____ Idade: _____ Sexo: F () M ()

Natural de _____

Grau de Formação _____ Tempo de Docência _____

Escolas de Atuação _____

Dias da semana da aplicação das aulas _____

1- Há quanto tempo você leciona na Unidade Prisional de Tabatinga?

2-Como acontece a Formação dos alunos detentos na Unidade Prisional de Tabatinga?

3-Quais são os maiores problemas encontrados no processo de formação dos alunos detentos e no ambiente de trabalho?

4-Quais os métodos de ensino você utiliza para o processo de aprendizagem dentro da Unidade Prisional?

5- Há preocupação no desenvolvimento da prática de atuação da educação prisional, já que ensina alunos-detentos? Quais?

6- Na sua opinião o trabalho que você faz na educação prisional apresenta efeitos na vida dos detentos?

7- Trabalhar com a Educação prisional não apresenta ameaça no desenvolvimento da atuação pedagógica dos professores na sala de aula?

8-você sabe que tipo de infração seus alunos praticaram para estarem presos?

Muito obrigado pela colaboração,
LAYNARA CORDEIRO APARÍCIO

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a utilização das respostas contidas neste questionário para fins de pesquisa acadêmicas, referentes à monografia exigida no curso de licenciatura em pedagogia CSTB-Tabatinga, e tenho conhecimento que minha identidade será preservada.

Assinatura do Professor(a)

APÊNDICE C - Questionário destinado aos Alunos-detentos da Unidade Prisional



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**



Este questionário é parte de meu Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, que está sendo realizado, e tem como finalidade coletar dados sobre **Educação Prisional: o processo de formação do aluno-detento na unidade prisional de Tabatinga-AM.**

QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO PARA ALUNOS-DETENTOS

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Nacionalidade: _____ Idade: _____ Sexo: F () M ()

Natural de _____

Cumprir a pena de _____ anos

Grau de Escolaridade (Que série estudou) _____

Escolas que estudou _____

Data do questionário: ____/____/____

9) Há quanto tempo seu professor leciona na Unidade Prisional de Tabatinga?

10) Na sua opinião, quais são os maiores problemas encontrados pelos professores no ambiente de trabalho?

3-Você acha importante o funcionamento do ensino dentro da unidade prisional para alunos que estão cumprindo pena? Por quê?

4- Há preocupação por parte dos professores, já que ensinam alunos-detentos?

5- Os trabalhos que os professores fazem na educação prisional apresentam efeitos na vida dos detentos? Comente.

6- Na sua opinião, há ameaça para os professores que atuam com a educação prisional?

7-Que tipo de infração você praticou para estar cumprindo pena na Unidade Prisional?

Muito obrigado pela colaboração,
LAYNARA CORDEIRO APARÍCIO

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a utilização das respostas contidas neste questionário para fins de pesquisa acadêmicas, referentes à monografia exigida no curso de licenciatura em pedagogia CSTB-Tabatinga, e tenho conhecimento que minha identidade será preservada.

Assinatura do Aluno